

INFÂNCIA E PANDEMIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE:

PRIMEIRAS ANÁLISES

Realização:

UF *m* G

FaE

nep*ei*
núcleo de estudos e
pesquisas em infância e
educação infantil



Apoio:



Autores: Isabel de Oliveira e Silva
Iza Rodrigues da Luz
Levindo Diniz Carvalho

Capa: Mariana Cabral Soares

Projeto Gráfico e Editoração: Maressa de Castro Santos
Mariana Cabral Soares

Revisão: Maria Zélia Versiani Machado

FICHA CATALOGRÁFICA

S586i Silva, Isabel de Oliveira e, 1965-
Infância e pandemia na região metropolitana de Belo Horizonte :
primeiras análises / Isabel de Oliveira e Silva, Iza Rodrigues da Luz e
Levindo Diniz Carvalho. - Belo Horizonte : UFMG / FaE / NEPEI, 2021.
91 f. : enc, il. color.

ISBN: 978-65-88446-06-5.
Bibliografia: f. 75-77.
Apêndices: f. 78-91.

1. Educação. 2. Educação de crianças. 3. Direitos das crianças.
4. Pandemia -- Aspectos educacionais -- Relatórios. 5. COVID-19
(Doença) -- Aspectos educacionais -- Relatórios. 6. Crianças -- Cuidados.
7. Psicologia infantil. 8. Psicologia educacional. 9. Relatórios
educacionais. 10. Infância. 11. Crianças -- Isolamento social. 12. Família
e escola. 13. Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG) -- Educação
-- Relatórios.

I. Título. II. Luz, Iza Rodrigues da, 1976-. III. Carvalho, Levindo
Diniz, 1978-.

CDD- 323.352

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)
Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O

ISBN 978-65-88446-06-5



9 786588 446065

EQUIPE DA PESQUISA

COORDENAÇÃO

Profa. Isabel de Oliveira e Silva

Faculdade de Educação/UFMG

Profa. Iza Rodrigues da Luz

Faculdade de Educação/UFMG

Prof. Levindo Diniz Carvalho

Faculdade de Educação/UFMG

PROFESSORA COLABORADORA

Profa. Maria Cristina Soares de Gouvêa

Faculdade de Educação/UFMG

ESTUDANTES DA

GRADUAÇÃO

Antônio Carlos da Silva Neto

Camila Trigo Matos

Julia Ribeiro Tamietti

Laura Figueiredo Ludgero

Maressa de Castro Santos

Mariana Cabral Soares

COLABORAÇÃO TÉCNICA E

TRATAMENTO DO BANCO DE DADOS

Alexandre Duarte

Faculdade de Educação/UFMG

Edmilson Pereira

Faculdade da Educação/UFMG

PESQUISADORAS/ES

Ana Claudia F. Brasil Silva Melo

Mestranda - Faculdade de Educação/UFMG

Cecília Vieira do Nascimento

Pós-Doutoranda - Profª Centro Pedagógico – CP/UFMG

Fernanda P. Coutinho Marques

Doutoranda - Faculdade de Educação/UFMG

Joelma Andreão de Cerqueira

Doutoranda - Faculdade de Educação/UFMG

Kassiane dos Santos Oliveira

Doutoranda - Faculdade de Educação/UFMG

Laís Caroline Andrade Bitencourt

Pós-Doutoranda - Faculdade de Educação/UFMG

Lucas Ramos Martins

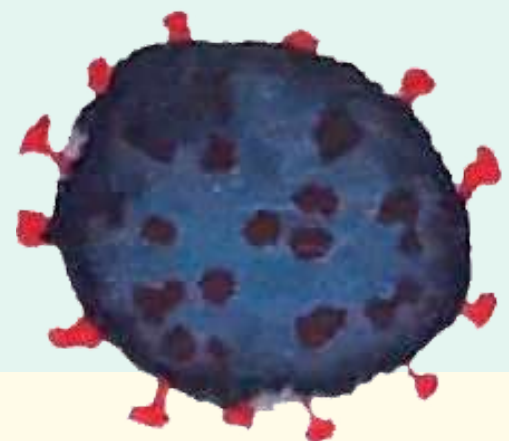
Doutorando - Faculdade de Educação/UFMG

Luciana Maciel Bizzotto

Doutoranda - Faculdade de Educação/UFMG

Rubia da Conceição Camilo

Doutoranda - Faculdade de Educação/UFMG



AGRADECIMENTOS

Profa. Ana Maria Saraiva
FAE - UFMG

Prof. Diego Rodrigues Macedo
IGC- UFMG

Gabriel Vaz de Melo

Profa. Lívia Maria Fraga Vieira
FAE - UFMG

Luiz Sabato
IBGE

Profa. Mônica Correia Baptista
FAE - UFMG

Rogério Augusto dos Santos
Doutorando - FAE - UFMG

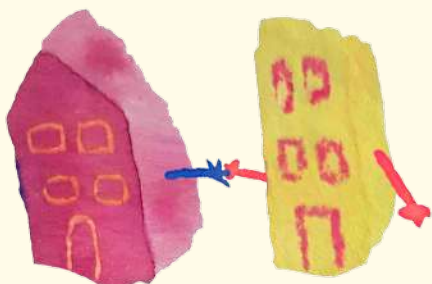
Profa. Shirley Miranda
FAE - UFMG

Profa. Valéria Cristina de Oliveira
FAE - UFMG

Profa. Vanessa Ferraz Almeida Neves
FAE - UFMG

Secretarias Municipais de Educação e Desenvolvimento/Assistência Social dos Municípios:

Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano



1. INTRODUÇÃO

1. Introdução.....	8
1.1 Motivações.....	10
1.2 Campo teórico.....	14
1.3 A pesquisa.....	17
1.4 Metodologia.....	18
1.5 Procedimentos e informações gerais do retorno do questionário.....	24

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

2. Resultados e discussão.....	27
2.1 Perfil das crianças participantes.....	28
2.1.1 Municípios e espacialização.....	29
2.1.2 Tipologia das moradias.....	30
2.1.3 Vulnerabilidade territorial.....	31
2.1.4 Composição dos moradores da casa.....	32
2.1.5 Idade das crianças.....	33
2.1.6 Autodeclaração de cor ou raça das crianças...	34
2.1.7 Gênero das crianças.....	35
2.1.8 Tipo de escola.....	36
2.1.9 Acesso à tecnologia.....	38
2.2 Respeito ao isolamento social.....	41
2.3 Emoções e sentimentos.....	46
2.3.1 Tristezas e medos.....	47
2.3.2 Alegrias e o que faz rir.....	49
2.3.3 Preocupações das crianças.....	51
2.3.4 Preocupação elevada com falta de comida.....	53
2.4 Relações familiares.....	55
2.5 Atividades realizadas pelas crianças.....	57
2.5.1 Atividades domésticas.....	61
2.6 As crianças e a escola.....	63

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
----------------------------------	----

4. REFERÊNCIAS	75
----------------------	----

APÊNDICES	
Apêndices.....	79
A - Questionário.....	80
B - Site da Pesquisa....	84
C - Nota.....	86

IMAGENS

Imagem 1 - Ótima pesquisa, menina, 8 anos.....	13
Imagem 2 - A doença que afasta e aproxima pessoas, menina, 10 anos.....	13
Imagem 3 - Menina chorando, menina, 9 anos.....	14
Imagem 4 - Desenho do meu prédio, menina, 9 anos.....	16
Imagem 5 - Laje de casa na Vila Cafezal em Belo Horizonte, menino, 8 anos.....	16
Imagem 6 - Quintal do bairro Mantiqueira, menino, 11 anos.....	16
Imagem 7 - Ilustração, menina, 9 anos.....	17
Imagem 8 - Ilustração, menino, 10 anos.....	17
Imagem 9 - Origami, menina, 8 anos.....	24
Imagem 10 - Ilustração, menina, 9 anos.....	26
Imagem 11 - Fotografia de um brinquedo, menina, 8 anos.....	31
Imagem 12 - Ilustração, menino, 9 anos.....	40
Imagem 13 - Não tenha medo mamãe, menina, 7 anos.....	46
Imagem 14 - Meu aniversário em julho, menino, 9 anos.....	47
Imagem 15 - Quadrinho, menina, 7 anos.....	50
Imagem 16 - Ilustração, menina, 10 anos.....	52
Imagem 17 - A grande família, menino, 8 anos.....	54
Imagem 18 - Quadrinho, menino, 8 anos.....	57
Imagem 19 - Laje da Vila Cafezal em Belo Horizonte.....	60
Imagem 20 - Que tristeza, menina, 9 anos.....	62
Imagem 21 - Laje da Vila Cafezal em Belo Horizonte.....	66
Imagem 22 - Ilustração, menina, 6 anos.....	69
Imagem 23 - Ilustração, menina, 8 anos.....	71
Imagem 24 - Lugar onde mais brinca, menina, 11 anos.....	74

INFOGRÁFICOS

Infográfico 1 - Acesso a computador, tablet, celular ou internet.....	38
Infográfico 2 - Ausência de acesso à tecnologia por vulnerabilidade do território...	39
Infográfico 3 - Estão respeitando o afastamento social.....	41
Infográfico 4 - Preocupações das crianças.....	52
Infográfico 5 - Relações familiares.....	55
Infográfico 6 - Atividades realizadas pelas crianças.....	58
Infográfico 7 - Ajudam nas tarefas domésticas.....	61
Infográfico 8 - As crianças e a escola.....	63

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Município das crianças participantes.....	28
Gráfico 2 - Tipologia do local de moradia das crianças participantes.....	30
Gráfico 3 - Vulnerabilidade territorial do local de moradia das crianças participantes..	31
Gráfico 4 - Idade das crianças participantes.....	33
Gráfico 5 - Autodeclaração de raça ou cor das crianças participantes.....	34
Gráfico 6 - Gênero das crianças participantes.....	35
Gráfico 7 - Tipo de escola das crianças participantes.....	36
Gráfico 8 - Vulnerabilidade territorial das crianças participantes por tipo de escola....	37

MAPA

Mapa 1 - Espacialização das respostas na RMBH.....	29
--	----

TABELA

Tabela 1 - Preocupação com a falta de comida.....	53
---	----



1

INTRODUÇÃO

Este relatório, de caráter descritivo e analítico, é um exercício inicial de análise dos dados da pesquisa “Infância em tempos de pandemia: experiências de crianças da Grande Belo Horizonte”. Este texto apresenta as primeiras análises dos dados, as quais foram, também, apresentadas no seminário *online*, realizado no dia 17 de setembro de 2020.¹

Esclarecemos que, considerando a premência do debate e a dimensão da urgência, neste documento são apresentadas análises preliminares, com o objetivo de tornar público parte dos resultados do processo de escuta das crianças que foi desenvolvido nos últimos oito meses. Esta é uma forma de dar ágil visibilidade às vozes das crianças e explicitarmos, ainda no contexto da pandemia, seus pontos de vista e condições de vida.

As informações geradas pela pesquisa ainda estão sendo tratadas e analisadas e serão apresentadas com maior aprofundamento, focalizando diferentes aspectos, em futuras produções, sob a forma de livro (em processo de organização), artigos em periódicos científicos e apresentações em seminários científicos e técnicos.

O relatório está organizado em três partes: Introdução, Resultados e Discussão, seguidas de Considerações Finais. Na Introdução, são situadas as motivações, são explicitados os objetivos e os referenciais teóricos e é descrito o percurso metodológico do trabalho. Em Resultados e Discussão, são apresentadas informações sobre o perfil das crianças participantes, suas rotinas, emoções, preocupações e seus sentimentos, bem como aspectos de suas relações com a família e com a escola. Nas Considerações Finais, apontamos elementos que indicam a necessidade de uma compreensão ampla da realidade das infâncias, que articule os pontos de vista das crianças e suas experiências sociais às dimensões econômicas, sociais, raciais, territoriais e de gênero. Nessa parte final do relatório, são apresentados aspectos que podem subsidiar decisões relativas ao acolhimento e atendimento de crianças nas escolas e nas diferentes políticas públicas a elas destinadas.

¹ O vídeo do Seminário está disponível no canal do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil – NEPEI/FaE/UFMG no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=Y37-oLRFiZU&t=240s>

1.1

MOTIVAÇÕES

Situação inédita e maiores riscos para as crianças
Compromisso ético e político com os direitos das crianças
Crianças como sujeitos sociais: Interpretam e transformam suas realidades

A proposta desta pesquisa se articula a outras iniciativas do NEPEI/FaE/UFMG² diante da pandemia de COVID-19. No Brasil, a partir do mês de março de 2020, iniciaram-se ações governamentais para a prevenção da doença. Tais ações, em muitos casos desarticuladas, não seguiram um padrão em todo o território nacional. Por iniciativa própria alguns estados e municípios decretaram o isolamento social como medida para reduzir o ritmo de avanço da doença. Foi o caso de Minas Gerais e do município de Belo Horizonte, onde, desde o dia 18 de março de 2020, foram suspensas aulas nas redes de ensino estadual, municipal e privada, bem como atividades de diferentes setores da sociedade consideradas como não essenciais. Desde então, no município, os períodos e níveis de isolamento vêm sendo alterados.

² O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Infantil e Infância – NEPEI – é um espaço interdisciplinar, da Faculdade de Educação da UFMG que atua na pesquisa, ensino e extensão com o objetivo de compreender a realidade, os problemas e as tendências que caracterizam a infância e as crianças em seus diferentes contextos, como, os da família e da educação. E constitui-se como um espaço de produção de conhecimentos e de participação na formulação de políticas públicas voltadas para a educação de crianças pequenas e sua educação. (ver: <https://nepei.fae.ufmg.br/>)

O conjunto das medidas de isolamento social gerou impactos sobre toda a sociedade e criou uma situação inédita que alterou os cotidianos das crianças e suas famílias. No entanto, tais medidas atingem de forma mais forte as classes populares, especialmente pela perda de emprego e renda, mas também em decorrência das já precárias condições de vida em um contexto de extrema desigualdade social que se agravaram na situação de pandemia (TONUCCI; PATRÍCIO; BASTOS, 2020).

Mesmo antes da pandemia já nos chamavam a atenção dados como o aumento da mortalidade infantil não apenas pela fragilidade dos sistemas de saúde, mas também pelas diversas violências que afetam a infância, sobretudo, as crianças mais pobres. Os dados sobre os direitos das crianças de março a dezembro de 2020 já revelaram outros indicadores preocupantes como, por exemplo, a diminuição da cobertura vacinal e o fato de crianças indígenas e negras serem as mais excluídas do direito à

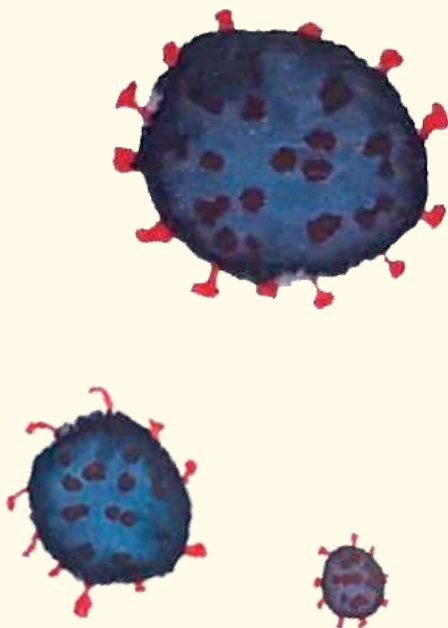
educação no contexto de isolamento social.

Portanto, a focalização das consequências do isolamento social sobre as crianças possui grande relevância social na medida em que as populações infantis são o grupo de maior representação nos indicadores de desigualdade social e de baixo padrão de vida.³ Assim, buscamos enfrentar o debate sobre as condições sociais da infância, diante de um quadro de emergência social que, como diferentes estudos demonstram (ALMEIDA, 2009), tende a atingir de forma mais forte as crianças, causando grande sofrimento e agravamento das condições de pobreza. No âmbito dos problemas sociais urbanos, é ainda fundamental destacar que a cidade de Belo Horizonte, incluindo nesse recorte as cidades da região metropolitana, é fragmentada e desigual, e essa fratura social, na cidade, cria condições de vulnerabilidade ainda maiores para as crianças pobres.⁴

³ Dados da PNAD de 2015 revelam que 18% das crianças e adolescentes de 0 a 14 anos vivem em domicílios com rendimento mensal per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. É o maior percentual entre os grupos de idade nessa condição. Crianças e adolescentes são o maior grupo em situação de insegurança alimentar no Brasil, perfazendo 34,1% para pessoas de 0 a 4 anos e 33,7% para pessoas de 5 a 14 anos, contra 25,8% para a população em geral, conforme dados do Suplemento Segurança Alimentar da PNAD de 2013 (IBGE, 2016). A mesma fonte mostra que, enquanto 74,2% da população brasileira estavam em situação de segurança alimentar em 2013, para a população de 0 a 14 anos o percentual caía para 66,3%.

⁴ Apesar de as cidades apresentarem indicadores de desenvolvimento elevados em relação ao campo, as desigualdades são maiores, mais marcantes e mais sofridas pelas crianças.

De acordo com Tonucci, Patrício e Bastos (2020), dados de 2010 revelam que a Região Metropolitana de Belo Horizonte contava com 160.000 domicílios com pelo menos um serviço básico inadequado e, em 2015, 90.000 domicílios mostravam ônus excessivo com aluguel e que entre 15.000 e 20.000 eram localizados em ocupações. Quando associamos esses dados àqueles que informam a maior participação da população infantil nos indicadores de piores condições de vida, as análises sobre a experiência do isolamento social precisam incluir esse público que é, justamente, aquele que não possui canais institucionalizados de participação política.



Observa-se que, no contexto de emergência social e sanitária, as crianças foram orientadas a ficar em casa em uma condição de submissão e, quase sempre, tiveram desconsiderados os seus pontos de vista. Essa ausência de participação das crianças está relacionada a uma dada concepção de infância que não considera a alteridade e os direitos das crianças. Em contraponto a essa incivilidade, a pesquisa realizada se sustenta em uma ideia de que as crianças não são seres em transição ou em preparação, mas que elas são seres completos que desempenham, nas suas condições de desenvolvimento, ações singulares de uma agência social que precisam ser compreendidas e interpretadas. Na presente pesquisa, buscamos fazer essa interpretação, não só a partir de nosso ponto de vista adulto, mas também a partir delas próprias, das suas culturas, das suas formas de se relacionar com o mundo e com o outro.

Nesse sentido, a presente pesquisa fundamenta-se no reconhecimento dos direitos das crianças e buscou viabilizar o direito a serem ouvidas, ou seja, o direito à participação, considerando que elas têm estado ausentes no debate sobre o isolamento social.

As duas produções nesta página exemplificam isso. A primeira, é um texto enviado por uma criança em que ela diz: "Coronavírus: a doença que afasta e aproxima as pessoas", uma interpretação filosófica e poética da pandemia, que denota uma dimensão paradoxal do isolamento social que muitos de nós temos vivido. Tal paradoxo ficou muito evidente na forma pela qual as crianças falaram de suas relações familiares. A segunda, um pequeno bilhete no canto de um desenho feito por uma menina que escreveu: "Ótima pesquisa". Interpretamos essa mensagem como uma espécie de pacto ético de consentimento, o que pode significar também, por parte dessa criança, a compreensão dos sentidos da própria pesquisa e da importância no nosso trabalho.



Imagem 1: Ótima pesquisa - Menina, 8 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Instigados e afetados pelo diálogo estabelecido com as crianças, evidenciaremos neste relatório as relações entre as formas pelas quais elas compreendem, sentem e vivenciam a pandemia e as condições concretas da vida infantil.

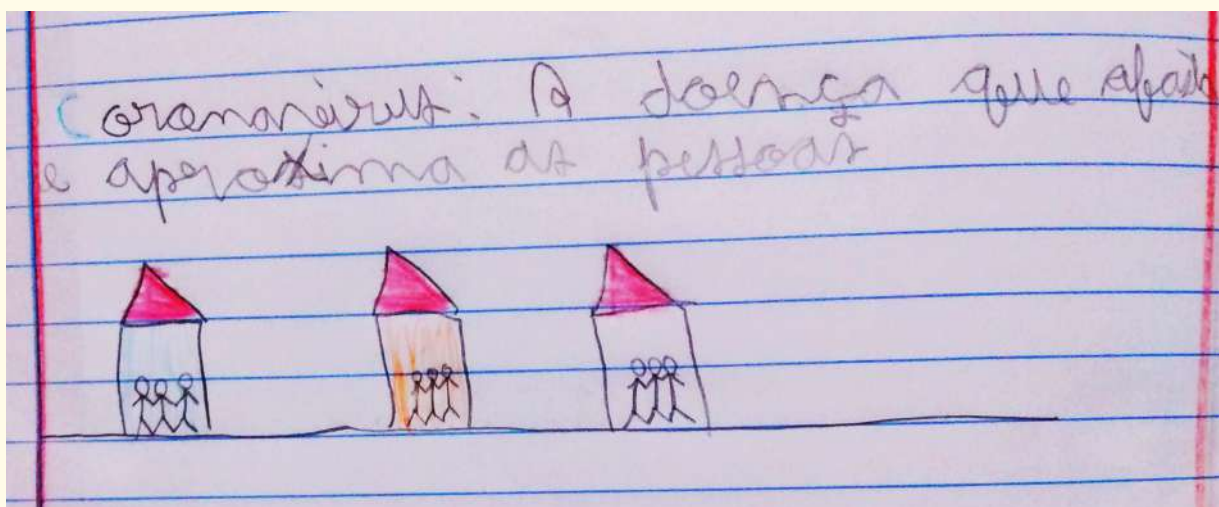


Imagem 2: A doença que afasta e aproxima pessoas - Menina, 10 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020

1.2

CAMPO TEÓRICO

Perspectivas de análise:

Estrutural — Interpretativo

Quantitativo — Qualitativo

Proteção — Participação

Política — Poética



A partir das motivações apresentadas, destacamos que o campo teórico desta pesquisa tem como base os “estudos sociais da infância” (GAITÁN, 2012; CHRISTENSEN & JAMES, 2005; GOUVEA & SARMENTO, 2008; LIEBEL, 2019), que, em síntese, compreendem que as crianças precisam ser ouvidas como atores sociais e não apenas objetos de prática dos adultos.

*Imagem 3: Menina chorando - Menina, 9 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020*

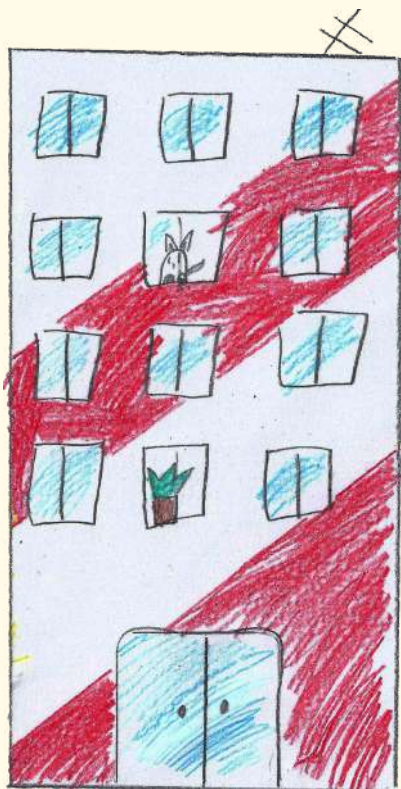
A apreensão do ponto de vista das crianças se fundamenta no reconhecimento da alteridade das crianças, de sua consideração como sujeitos de direitos que participam da vida social em diferentes planos. Compreender as crianças no enfoque da dignidade humana se apresenta ainda mais necessário em contextos de desastres e tragédias. Vale lembrar que a legislação multilateral, da qual o Brasil é signatário (Convenção Internacional dos Direitos da Criança, de 1989), bem como a legislação nacional (Estatuto da Criança e do Adolescente) a reconhecem em sua peculiaridade, em sua dignidade e como detentora de prioridade e do direito a proteção integral e plural.

Consideramos que crianças são capazes de exprimirem seus pontos de vista de maneira genuína e original e apreendem a realidade de forma singular e relevante. Assim, buscaremos cotejar a análise **interpretativa**, que tem como foco as expressões e artefatos culturais produzidos pelas crianças, com a análise **estrutural**, sustentada por dados que revelam as condições sociais da infância, marcadas pelas questões econômicas, sociais, raciais, territoriais e de gênero.

As interpretações aqui propostas operam, portanto, em uma base híbrida: **qualitativa e quantitativa**, centradas nas interpretações das crianças, mas também no contraste entre as frequências de dados sobre as infâncias de 33 municípios da RMBH e as experiências sociais das crianças.

Nesse sentido articula-se aqui o binômio de **proteção e participação**, na medida em que a pesquisa propõe tanto uma dimensão de escuta e de participação das crianças, quanto assume um caráter de denúncia, frente a aspectos de uma realidade social de infâncias desiguais.

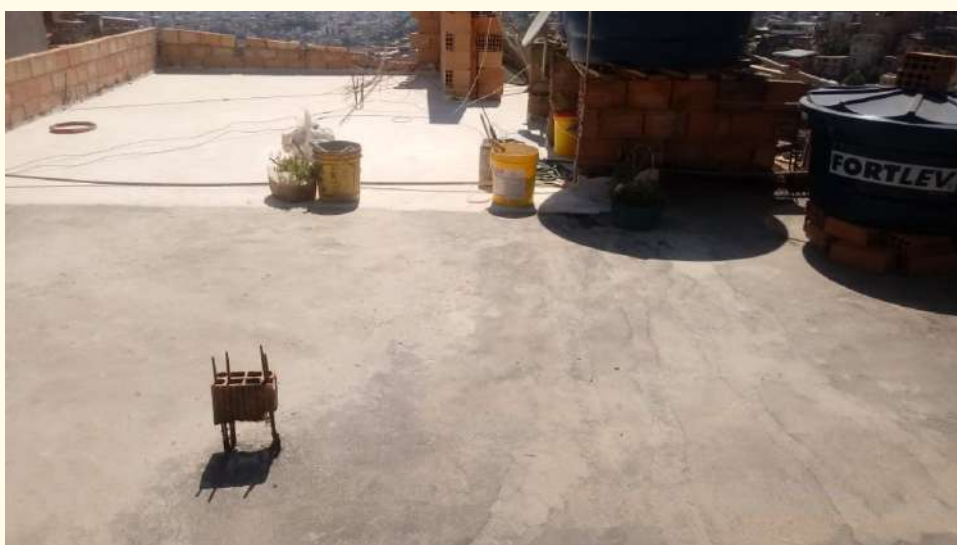
Por fim, ao dar visibilidade a expressões e produções culturais das infâncias, destacamos que a análise também envolve uma dimensão **poética**, exemplificada pelos usos das linguagens (brincar, desenhar, imaginar) ou por artefatos simbólicos produzidos pelas crianças e pela possibilidade dessa especificidade do olhar infantil ser compreendida e acolhida na construção das **políticas** públicas a elas destinadas.



*Imagem 4: Desenho do meu prédio em Belo Horizonte
Menina, 9 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020*



*Imagem 5: Laje de casa na Vila Cafezal em Belo Horizonte - Menino, 8 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020*



*Imagem 6: Quintal do bairro Mantiqueira em Belo Horizonte
Menino, 11 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020*

Essas três imagens enviadas por crianças participantes da pesquisa revelam a complexidade das experiências sociais das crianças e nos interrogam acerca de como a pandemia gerou diferentes formas de controle dos cotidianos das crianças nesse contexto de isolamento social em uma metrópole desigual como a cidade de Belo Horizonte.

1.3

A PESQUISA

A pesquisa “Infâncias em tempos de Pandemia; experiências das crianças da grande BH”, buscou compreender as formas pelas quais as crianças vivenciam a pandemia de COVID-19 por meio da análise das experiências e dos sentimentos despertados em crianças de 8 a 12 anos que tiveram suas rotinas alteradas nesse contexto. O objetivo geral foi o de compreender como essas crianças vivenciam a pandemia de COVID-19. A pesquisa tinha como objetivos específicos analisar as rotinas, relações sociais e experiências das crianças; e analisar os relatos das crianças, com foco nas emoções e sentimentos despertados ao longo da pandemia de COVID-19.



*Imagem 8: Ilustração - Menino, 10 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020*



*Imagem 7: Ilustração - Menina, 9 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020*

Pretendeu-se, assim, apreender as condições de vida de crianças, especialmente daquelas que se encontram em condições de maior vulnerabilidade social, para as quais a suspensão da frequência às escolas poderia significar queda importante na qualidade de vida, o que inclui a dimensão cultural, a alimentação e a segurança física e emocional.

1.4

METODOLOGIA

Como a pesquisa teve como foco as vivências de crianças na situação emergencial de pandemia de COVID-19, procuramos encontrar soluções novas para a construção dos dados. Como o objeto se constitui de aspectos qualitativos da realidade, ou seja, a compreensão das vivências de crianças de 8 a 12 anos na situação de isolamento social desde março de 2020, mobilizamos recursos para acessar e ouvir esses sujeitos a distância. Embora os sujeitos principais sejam as crianças, compreendemos que a sua consideração como atores capazes não elimina a necessidade de autorização e da mediação dos responsáveis. Assim, os responsáveis pelas crianças que participaram da pesquisa também se constituíram em sujeitos participantes da investigação. Os adultos foram abordados considerando dois aspectos: o de sua responsabilidade legal pelas crianças; e o de possíveis “apoiadores” das crianças na interpretação

das questões do questionário que foi respondido *online*. A definição da faixa etária (entre 8 e 12 anos) se justifica pelo objetivo de ouvir crianças que, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, são os sujeitos de até 12 anos. O limite inferior considerou as possibilidades de responder a um instrumento que exige leitura e escrita, ainda que em alguns casos seja necessária a ajuda de um adulto.

A decisão de realizar a pesquisa se originou da nossa preocupação em jogar luz sobre os pontos de vista e as condições de vida das crianças no contexto de emergência sanitária e social. Logo no início da pandemia no Brasil, tomamos conhecimento de pesquisas internacionais com crianças sobre os efeitos do isolamento social durante a pandemia, dentre elas a realizada pela Universidade de Huelva, Espanha.⁵

Assim como nesse estudo, buscamos

⁵ Para maiores informações sobre a Pesquisa realizada na Espanha e acesso também ao relatório consultar o site: <https://infanciaconfinada.com/>

construir um instrumento em ambiente virtual e que pudesse chegar de forma rápida às crianças e suas famílias, condições necessárias para a viabilidade da pesquisa durante o período de isolamento social.

Foram utilizadas ferramentas de comunicação a distância, especialmente telefone celular, redes sociais e aplicativo de mensagens WhatsApp, por serem recursos largamente utilizados pela população das diferentes camadas sociais. Buscou-se o apoio das secretarias de Educação e de Assistência/Desenvolvimento Social, de professoras(es) das redes públicas e de lideranças de movimentos sociais que pudessem nos colocar em contato com famílias de Belo Horizonte e de 32 municípios da Região Metropolitana⁶ de BH: Baldim, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Vespasiano e Taquaraçu de Minas.

A seleção dos participantes não obedeceu a um critério prévio de representatividade devido à não localização de fontes de contatos telefônicos de forma estratificada, que permitissem o acesso às crianças o mais rápido possível. As famílias e crianças foram localizadas por meio da técnica “bola de neve”, ou seja, a divulgação é feita para um primeiro grupo de pessoas e se pede que estas pessoas divulguem para outras reforçando também o pedido de que continuem a divulgação. Contamos com a colaboração inicial de professores das redes públicas, de gestores e técnicos das Secretarias Municipais de Educação e Desenvolvimento, de organizações da sociedade civil e de lideranças comunitárias que compartilharam o formulário com responsáveis por crianças de 8 a 12 anos de seus círculos de atuação.

Além disso, solicitamos a todas as pessoas contactadas inicialmente que nos auxiliassem com indicações de outras. Embora crianças de camadas sociais mais altas da sociedade também tenham sido incluídas por meio dessa técnica, a pesquisa privilegiou o envio do questionário para crianças das redes públicas de ensino e

⁶ A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é constituída de 34 municípios, entretanto, o município de Itatiaiuçu não participou da pesquisa, portanto os dados aqui analisados são relativos a 33 cidades.

para aquelas cujas famílias fazem parte do círculo de lideranças comunitárias, buscando acessar prioritariamente um público de camada popular. A compreensão do contexto de vida foi proporcionada pelas questões sobre condições de moradia e acesso a bens e serviços.

A partir da análise das respostas a esses itens, constatamos que a maioria das crianças que responderam se encontram nas camadas médias e populares. Considerando o ineditismo da realidade de isolamento social em decorrência da pandemia, a pesquisa assumiu um caráter exploratório, incluindo questões abertas para favorecer a apreensão de aspectos significativos para os sujeitos.



O contato foi feito primeiramente com o responsável, com o envio do questionário. A parte inicial desse instrumento continha as informações sobre a pesquisa, seu vínculo institucional, objetivos e forma de participação das crianças. A resposta pelas crianças deveria ser precedida do consentimento do responsável por meio de resposta à questão elaborada com essa finalidade. O instrumento foi elaborado com linguagem adequada ao entendimento das crianças (e também dos adultos responsáveis), com atenção aos princípios éticos do respeito e cuidado para que a comunicação fosse efetivamente uma possibilidade de expressão dos seus pontos de vista, procurando minimizar possíveis riscos do processo de comunicação e de abordagem de temas que pudessem ser delicados. Fizemos o uso inclusive de emojis e símbolos que pudessem ajudar na compreensão das crianças. Foi garantida a privacidade, anonimato e confidencialidade a todos os participantes da pesquisa. As crianças também foram devidamente esclarecidas sobre a pesquisa sendo solicitada explicitamente sua concordância. Igualmente importante é o fato de que as crianças participaram de maneira voluntária e estava explícita a possibilidade de garantir que pudessem desistir em qualquer momento da pesquisa.

As respostas ao instrumento poderiam, a critério do responsável, ser acompanhadas pelo mesmo ou não, conforme a idade e desejo da criança. Incluímos a possibilidade de realizar entrevistas por telefone, após o preenchimento do questionário, caso as crianças e seus responsáveis concordassem. As entrevistas tiveram como objetivo ampliar a possibilidade de compreensão das respostas dadas ao questionário e não farão parte deste primeiro relatório, visto que foram realizadas no período de julho a novembro de 2020 e seus resultados ainda se encontram em fase de tratamento e análise.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, o questionário (Apêndice 1) e o roteiro de entrevista incluíram perguntas sobre as condições de vida das crianças, as atividades que realizavam em seu cotidiano, suas principais preocupações e sentimentos em relação à pandemia e as relações sociais estabelecidas em seu contexto de vida. Ao final do questionário, a criança tinha a possibilidade de enviar um áudio, um desenho ou fotografia sobre suas experiências neste período de afastamento social para a equipe de pesquisa. Esta iniciativa buscou possibilitar às crianças nos comunicarem

por outras linguagens o que estavam vivenciando. Como este tipo de material requer mais esforço e tempo, sua produção e envio foram propostos ao final do questionário, após a opção “enviar” e, também, como algo voluntário. A inclusão de outras formas de comunicação se alinha ao que é identificado pela literatura dedicada à pesquisa com crianças, que nos alerta para a necessidade de favorecer a expressão por meio de linguagens mais familiares às crianças (MÜLLER e CARVALHO, 2009; MARTINS FILHO e BARBOSA, 2010; CRUZ, 2008).

Para o envio dessas outras produções também foi solicitado à criança que mostrasse a orientação para um adulto para que houvesse o seu consentimento. A estrutura do questionário foi a seguinte: na primeira tela havia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) dirigido aos responsáveis das crianças. Nele constavam informações de apresentação da pesquisa e a solicitação do consentimento da participação da criança. Na tela seguinte, constava o Termo de Assentimento dirigido às crianças. Nessa seção, como dito anteriormente, havia um texto adequado para que a criança conseguisse compreender os motivos da pesquisa e para se orientar quanto à forma de

preenchimento do questionário, com a explicitação de que ali não havia respostas certas ou erradas, que ela podia interromper a qualquer momento, que, caso sentisse algum tipo de constrangimento, procurasse conversar com algum adulto ou com a própria equipe da pesquisa, e que era possível interromper o preenchimento a qualquer momento. Somente depois da leitura do Termo de Assentimento é que a criança tinha acesso, então, às questões da pesquisa. Para os familiares que não consentiam a participação das crianças, foi criada uma tela com um texto de agradecimento e o pedido de divulgação para outras famílias.

O questionário tinha 21 questões e foi organizado em 3 blocos: 1º bloco – identificação das crianças; 2º bloco – abordagem sobre atividades, preocupações e relações familiares das crianças nesse contexto de pandemia; e 3º bloco - questões abertas para que as crianças pudessem expressar seus sentimentos e emoções. No final do questionário, solicitamos que a criança avaliasse o próprio instrumento e lançamos a pergunta sobre sua disponibilidade para a entrevista. Na última página havia um agradecimento à criança e o aviso da possibilidade de nos enviar desenhos, áudios ou outros materiais que ela

considerasse interessante compartilhar com a equipe. Algumas dessas produções se encontram reproduzidas neste relatório como forma de dar visibilidade às expressões dessas crianças sobre suas vivências e reflexões nesse contexto da pandemia.

O questionário (Apêndice 1), antes de sua versão final, passou por pré-testes com 10 crianças da faixa etária definida, procurando contemplar diversidade de gênero, raça, idade e classe social. Esta etapa, considerada necessária em questionários para adultos, se mostrou extremamente relevante nesta pesquisa em função do próprio objeto e pelo compromisso em ampliar as formas de participação das crianças na produção de conhecimento, princípio presente nos paradigmas da Sociologia da Infância, como enfatizado por Christensen & James (2005), Alderson (2005) e Soares (2006). Assim como na pesquisa de Becker (2017), escutar as crianças no processo de produção do instrumento foi uma etapa na qual a equipe pôde aprender com elas a como estabelecer uma mediação mais efetiva, sendo o instrumento final o resultado deste processo.

Como as informações obtidas com o questionário podem ser analisadas tanto quantitativamente como quali-

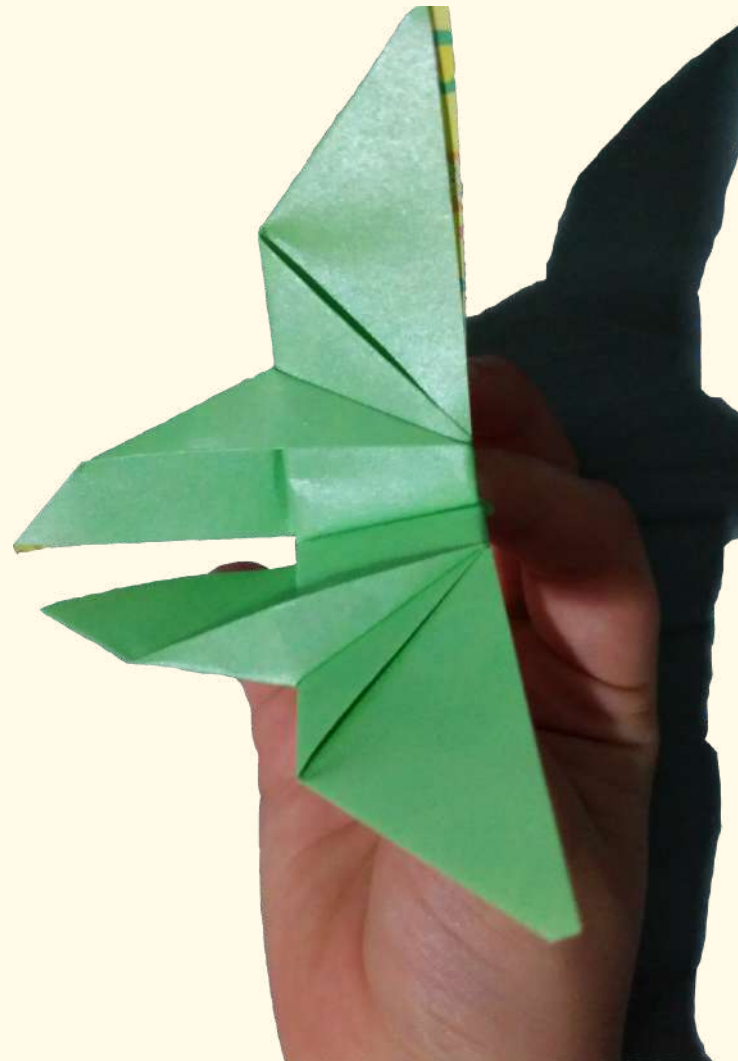
tativamente, as análises conjugaram métodos de análise de conteúdo, e métodos estatísticos, com o apoio de ferramentas voltadas para esta finalidade, disponíveis na própria plataforma na qual foi criado o instrumento e softwares específicos (PSPP e NVivo).

Para a análise de outras produções enviadas pelas crianças, foram utilizadas as técnicas indicadas pela literatura da área de pesquisas com crianças que enfatizam a necessidade de articulação e variação das formas de escuta, buscando uma aproximação com as formas de comunicação destes sujeitos.

1.5

PROCEDIMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS DO RETORNO DO QUESTIONÁRIO

O questionário ficou disponível online de 11 de junho a 15 de julho. Foram enviados 2300 questionários. Depois de uma primeira análise que verificou as idades das crianças respondentes, as duplicações e os que foram enviados com todas as respostas em branco, foram validados 2021 questionários para análise. Dentre estes, de 2021 crianças cujos questionários foram validados, 740 se disponibilizaram para entrevistas. Um número que consideramos alto e que foi interpretado como indicativo tanto da disponibilidade das crianças quanto de seu desejo de serem ouvidas sobre a temática da pandemia e as repercussões desta situação em suas vidas. Infelizmente, por não contarmos com recursos e com equipe com número suficiente de pesquisadores, tivemos que restringir as entrevistas para 33 crianças. Os critérios de seleção e as análises farão parte de outras produções, visto que, como informado anteriormente, as entrevistas ainda estão em fase de análise.



*Imagem 9: Origami - Menina, 8 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020*

Destacamos que esta expressiva participação de crianças e familiares só foi possível devido a uma extensa rede que se formou na divulgação da pesquisa. Consideramos importante agradecer às crianças e às famílias e a todas as diversas pessoas e instituições que nos ajudaram nessa empreitada inicial de divulgação da pesquisa e assinalar que o fato de termos realizado esta mobilização nos 33 municípios já foi por nós considerada uma ação de intervenção por pautar, na cena social, a relevância de que as crianças fossem vistas e ouvidas neste contexto de pandemia. Destaca-se também que a equipe foi procurada por emissoras de rádio e televisão para falar da pesquisa em reportagens sobre as motivações e objetivos do estudo, o que possibilitou também uma primeira intervenção nesses espaços que têm grande visibilidade junto à população.

É importante destacar que esse tipo de instrumento e esse tipo de metodologia de pesquisa com crianças era algo com que a equipe ainda não tinha familiaridade, os nossos trabalhos eram realizados de forma presencial e com uma permanência mais prolongada junto ao grupo de crianças. Tem sido, portanto, um importante processo de aprendizagem, de construção e validação de

outras metodologias e formas de abordagem em pesquisas com crianças na esfera social. Destacamos também que o recurso a formas de comunicação a distância nos deu a possibilidade de alcançar rapidamente um número grande de crianças ao mesmo tempo, o que não seria possível com metodologias que se desenvolvem com o contato de forma presencial com os ambientes e sujeitos participantes das investigações.

Durante a pesquisa e para auxiliar na sua divulgação, foi criado o site <https://www.infanciaemtemposdepandemia.com.br/> (Apêndice 2), para que houvesse um local onde o questionário estivesse disponível ao lado de informações para o público em geral, com destaque para as crianças, sobre outros elementos da pesquisa. O site apresenta uma tela que possibilita o recebimento de fotos, desenhos e áudios (Envie para a gente). Possui também um espaço onde se arquivam as produções que as crianças têm nos enviado (Enviados por vocês) e uma aba, construída mais recentemente, onde são disponibilizados conteúdos que consideramos que possam ser de interesse para as crianças (Descubra e brinque). Na última aba é possível ter os contatos para falar diretamente com a equipe da pesquisa (Sobre nós). Destaca-se que o site, que constitui um

projeto de extensão, é um primeiro produto da pesquisa, que se efetiva como uma interlocução continuada com as crianças. Tendo a princípio auxiliado na divulgação do questionário, agora ele segue como espaço de possibilidade e fortalecimento da comunicação entre a equipe e as crianças.

Esse conjunto de ações desenvolvidas, decorrentes do projeto da pesquisa, é a expressão do compromisso ético e político com as crianças. Como destacado na parte inicial deste relatório, em todo o processo de construção do formulário, de contatos com diferentes atores sociais e com as crianças e seus responsáveis bem como nos procedimentos de análise das informações, foram e estão sendo seguidos todos os protocolos éticos exigidos nas pesquisas com seres humanos, assim como as reflexões já construídas na área dos Estudos da Infância, sobre a ética na pesquisa com crianças. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – COEP da UFMG, em 10 de junho de 2020, tendo recebido o número de registro CAAE: 31497520.3.0000.5149.

Em dezembro de 2020, incluímos uma segunda etapa da pesquisa que está sendo realizada no município de Salvador - BA e sua Região Metropolitana. Foi elaborada uma Emenda ao projeto, aprovada em 08 de dezembro de 2020 pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG. Esta nova etapa está sendo realizada por uma equipe da Universidade Federal da Bahia – UFBA e da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, coordenada pelas professoras Juliana Prates Santana, Adriana Freire Pereira Ferriz e Lia da Rocha Lordelo. Nesta emenda, a duração do projeto também foi estendida até 31 de julho de 2022, de modo a possibilitar a continuidade e o aprofundamento das análises da primeira etapa, permitir a realização e análises das informações da segunda etapa e, por fim, o intercâmbio e análises conjuntas das duas etapas.



*Imagem 10: Ilustração - Menina, 9 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020*



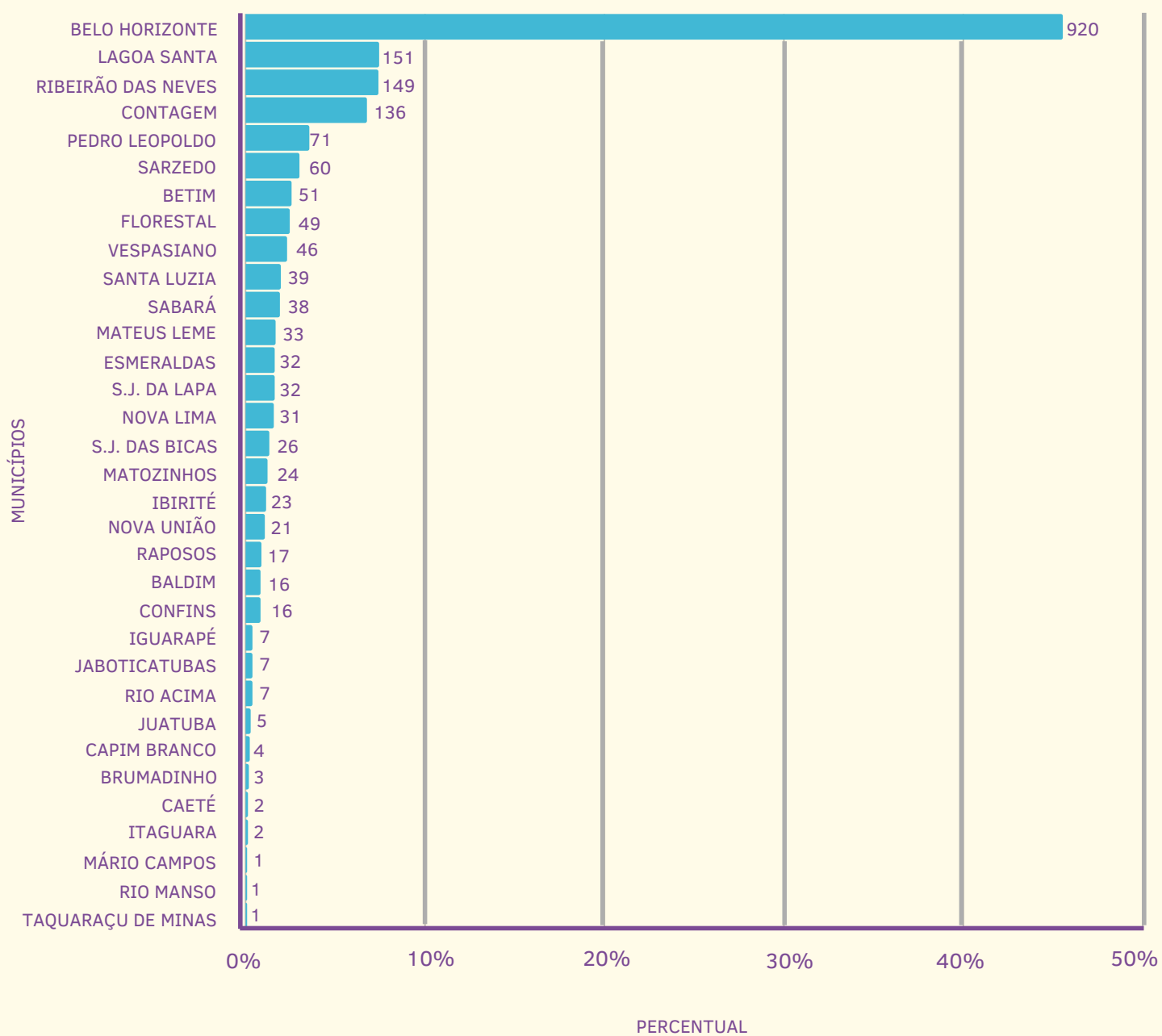
2

RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1

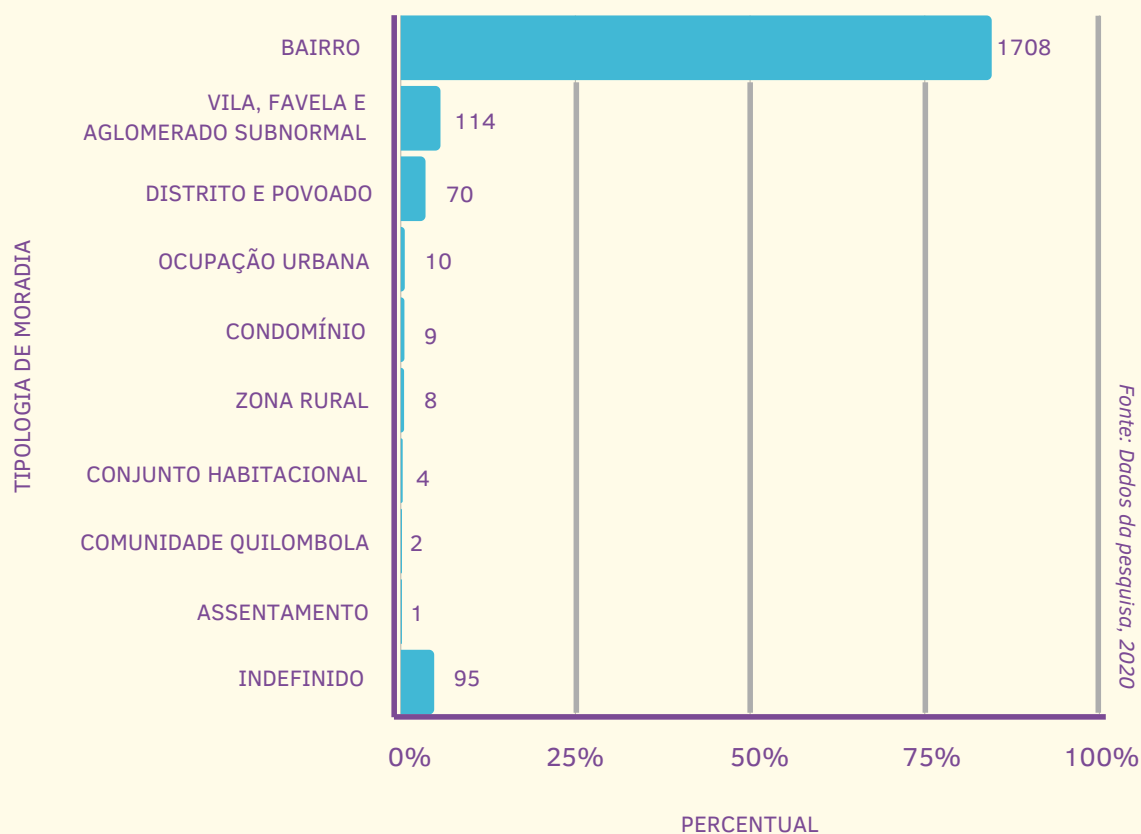
PERFIL DAS CRIANÇAS PARTICIPANTES

GRÁFICO 1 -MUNICÍPIO DAS CRIANÇAS PARTICIPANTES



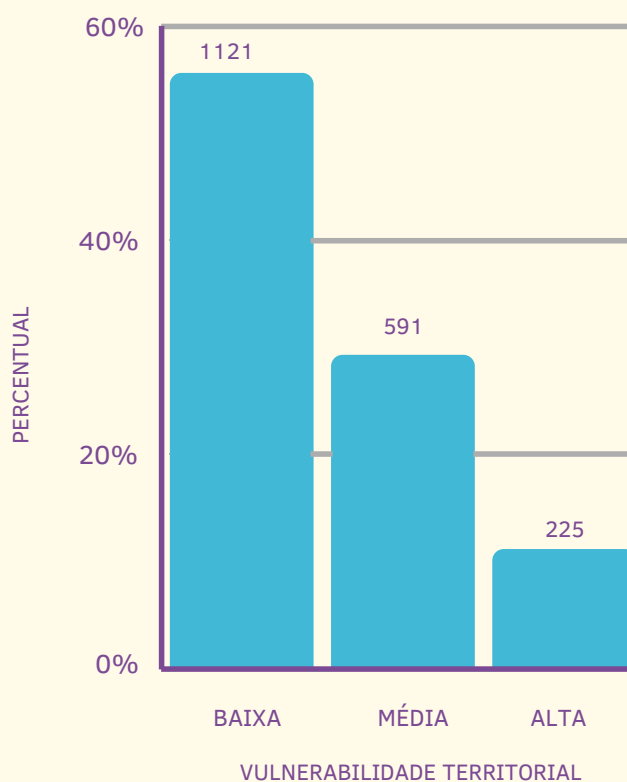
Fonte: Dados da pesquisa, 2020

GRÁFICO 2 - TIPOLOGIA DO LOCAL DE MORADIA DAS CRIANÇAS PARTICIPANTES



Com base na variável da tipologia de moradia, 84,5% das crianças participantes da pesquisa moram em "Bairros" e, 5,6% moram em "Vilas, favelas e aglomerados". Essa categoria foi construída a partir da junção da base da Prefeitura de Belo Horizonte de "Vilas e Favelas" e da base lançada em 2019 pelo IBGE de "Aglomerados Subnormais", que considera a ocupação irregular de terrenos para fins de habitação em áreas urbanas e que são caracterizados, em geral, por um padrão urbanístico irregular, pela carência de serviços públicos essenciais ou pela localização em áreas com restrição à ocupação. Segundo a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – Urbel, a população residente em assentamentos de interesse social em Belo Horizonte corresponde a 15% da população municipal (CMBH, 2020). Desse modo, compreende-se que a alta concentração das crianças da pesquisa na categoria "Bairros" e a baixa concentração na categoria "Vilas, favelas e aglomerados" é um reflexo, também, da distribuição real das famílias pelo território, segundo os dados oficiais disponíveis.

**GRÁFICO 3 -
VULNERABILIDADE
TERRITORIAL DO
LOCAL DE MORADIA
DAS CRIANÇAS
PARTICIPANTES***



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

*A porcentagem de 4,2% faltante corresponde às crianças participantes que não informaram o local de moradia ou àquelas cujo local informado não foi possível identificar no território

Com base no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)⁷ foi possível transpor os dados das crianças participantes da pesquisa e compreender como os territórios em que vivem estão classificados em termos de vulnerabilidade. Na variável vulnerabilidade territorial, vemos que 55,5% das crianças da pesquisa residem em territórios de baixo risco de vulnerabilidade, 29,2% na categoria de média e 11,1% habitam territórios de alta vulnerabilidade.



Imagem 11: Fotografia de um brinquedo
Menina, 8 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020

⁷ O IVS é o resultado da média aritmética dos subíndices: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho; para o cálculo dos subíndices, são utilizados dezesseis indicadores calculados a partir das variáveis dos censos demográficos do IBGE, para os anos de 2000 e 2010. Para espacialização dos dados da pesquisa utilizamos as informações disponíveis no Atlas de Desenvolvimento Humano – ADH, disponibilizado pelo IPEA.

COMPOSIÇÃO DOS MORADORES DA CASA

42,6%

DAS CRIANÇAS PARTICIPANTES NÃO COMPARTILHAVAM A CASA COM OUTRA CRIANÇA.

41,2%

COMPARTILHAVAM A CASA COM SOMENTE MAIS UMA CRIANÇA.

8,2%

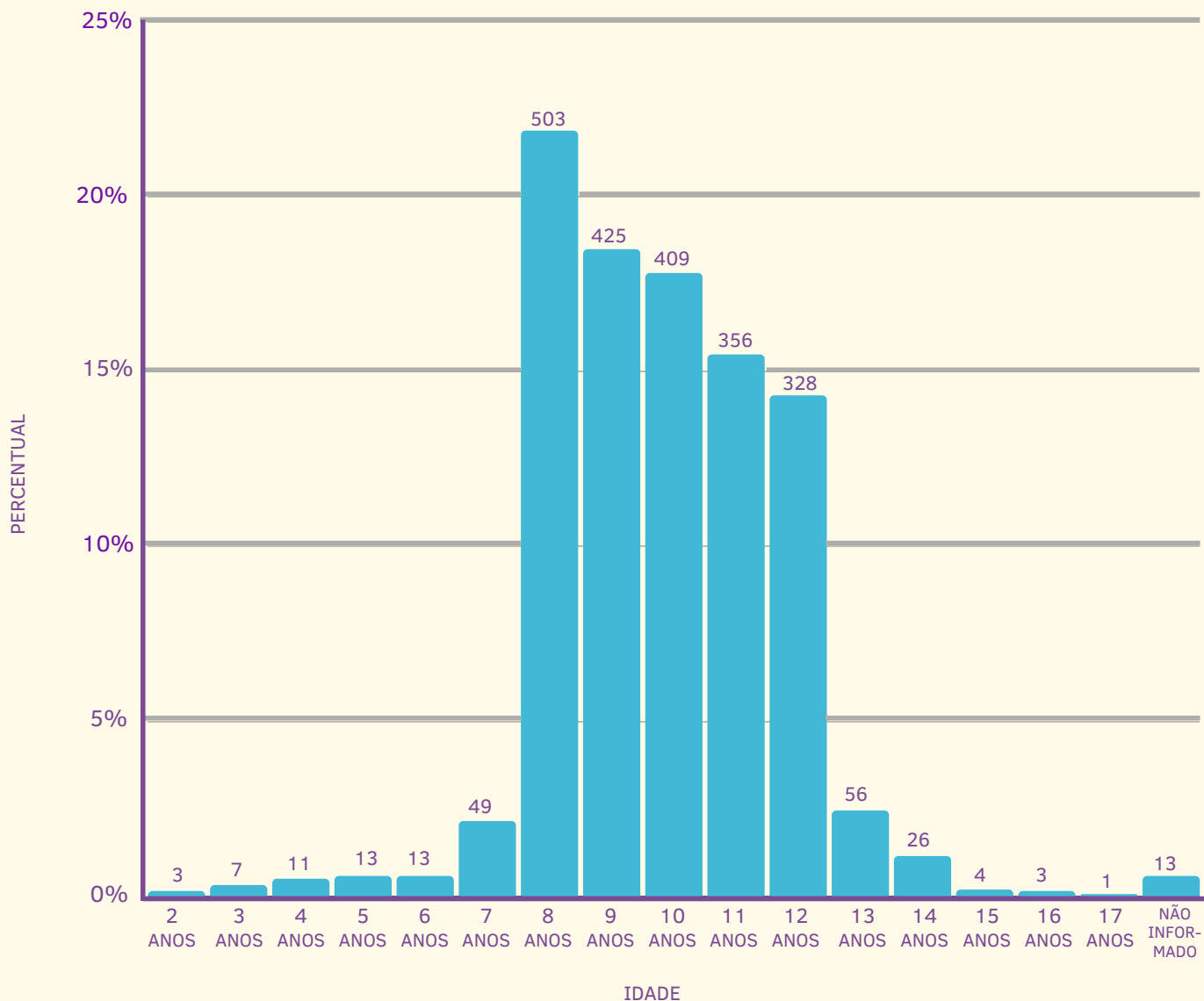
DAS CRIANÇAS RESPONDENTES COMPARTILHAVAM COM SOMENTE 01 ADULTO.

56,2%

COMPARTILHAVAM COM 02 ADULTOS.

Das crianças participantes da pesquisa, 42,6% não compartilhavam a casa com outra criança e 41,2% compartilhavam a casa somente com mais uma criança. E com relação à presença de adultos na moradia, 8,5% das crianças compartilhavam com apenas um adulto e 56,2%, ou seja, mais da metade das crianças da pesquisa moram com somente dois adultos. Estas informações evidenciam que a pesquisa alcançou prioritariamente famílias pequenas.

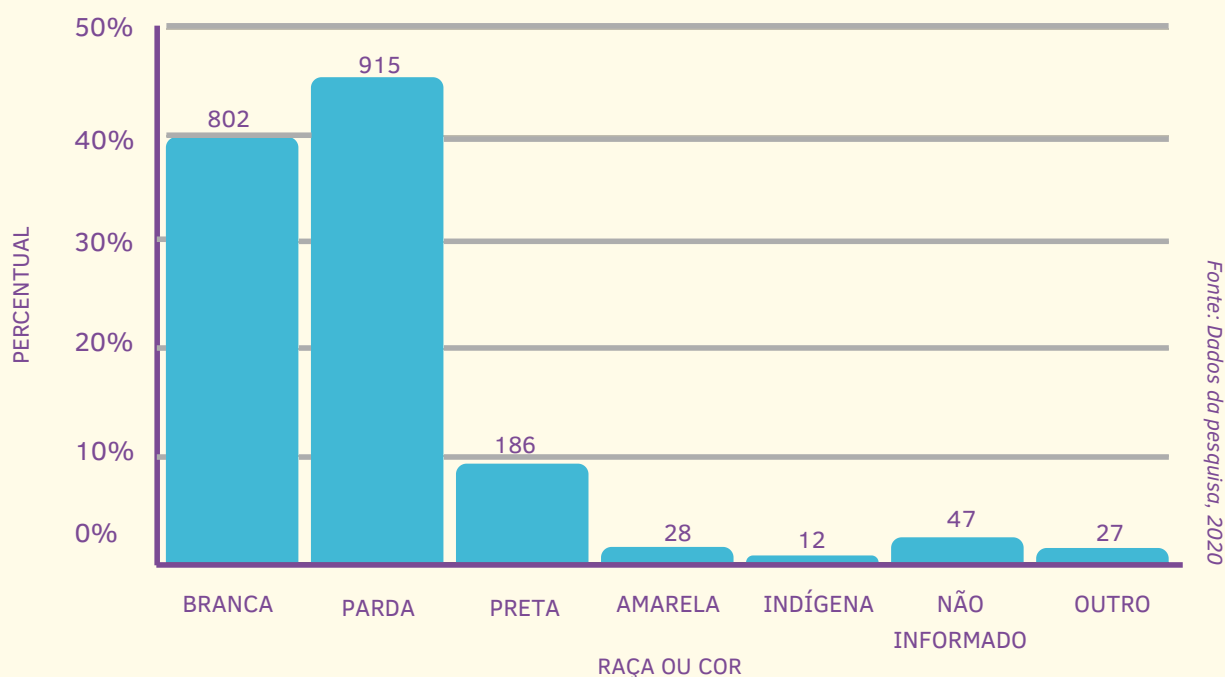
GRÁFICO 4 - IDADE DAS CRIANÇAS PARTICIPANTES



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Com relação às idades das crianças respondentes, o gráfico 4 apresenta informações referentes a todos os questionários devolvidos. A apresentação das informações sobre as idades, considerando todos os 2300 questionários e não apenas os 2021 validados, tem a intenção de evidenciar o interesse de crianças de outras idades de se manifestarem sobre o tema da investigação. Além disso, é uma forma de reconhecer a participação dessas crianças, ainda que esses questionários não tenham sido incluídos no *corpus* neste primeiro momento de análise. Observa-se nesse gráfico que as idades das crianças respondentes variam de 2 a 17 anos. Desse total, mais de 90% das crianças (2021) que responderam estavam na faixa etária indicada.

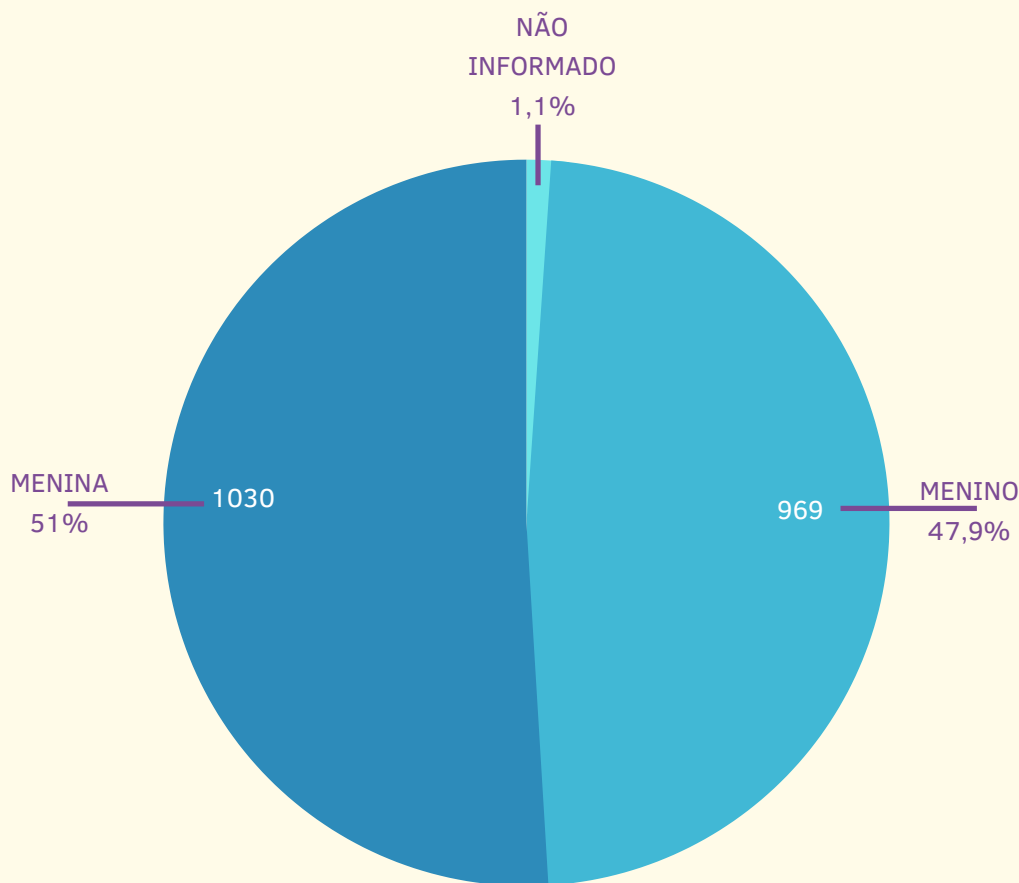
GRÁFICO 5 - AUTODECLARAÇÃO DE RAÇA OU COR DAS CRIANÇAS PARTICIPANTES



O gráfico acima apresenta a autodeclaração de raça ou cor das crianças. Na pergunta do questionário relativa a essa resposta, optamos por usar as mesmas categorias do IBGE. Essa decisão está sustentada pela literatura (ROCHA e ROSEMBERG, 2007), que apontava que as crianças são capazes de operar com essas categorias, permitindo a realização de futuras correlações das informações da pesquisa com outros estudos quantitativos que procuram analisar as condições de vida das crianças conforme o pertencimento racial. Buscando possibilitar a compreensão de outras formas de identificação e também preservar o direito de a criança não fazer a autodeclaração, incluímos as opções de resposta: “outra: _____”, pedindo que a criança indicasse como se autodeclarava; e “não sei ou não quero responder”.

Nos resultados acima vale destacar que 45,4% das crianças se autodeclararam pardas, 39,8% se autodeclararam brancas e 9,2% se autodeclararam pretas. Além dessas respostas, 28 crianças se autodeclararam amarelas, 12 se autodeclararam indígenas e 27 se autodeclararam com outras cores que resultaram em um conjunto variável de respostas. Nessa questão novamente foi possível ver uma correlação entre a distribuição das respostas com as informações do censo escolar de 2019 acerca do perfil das crianças da Educação Básica, que constatou que 48,3% dos estudantes matriculados se autodeclararam pardos, 27,1% brancos e 6,6 pretos.

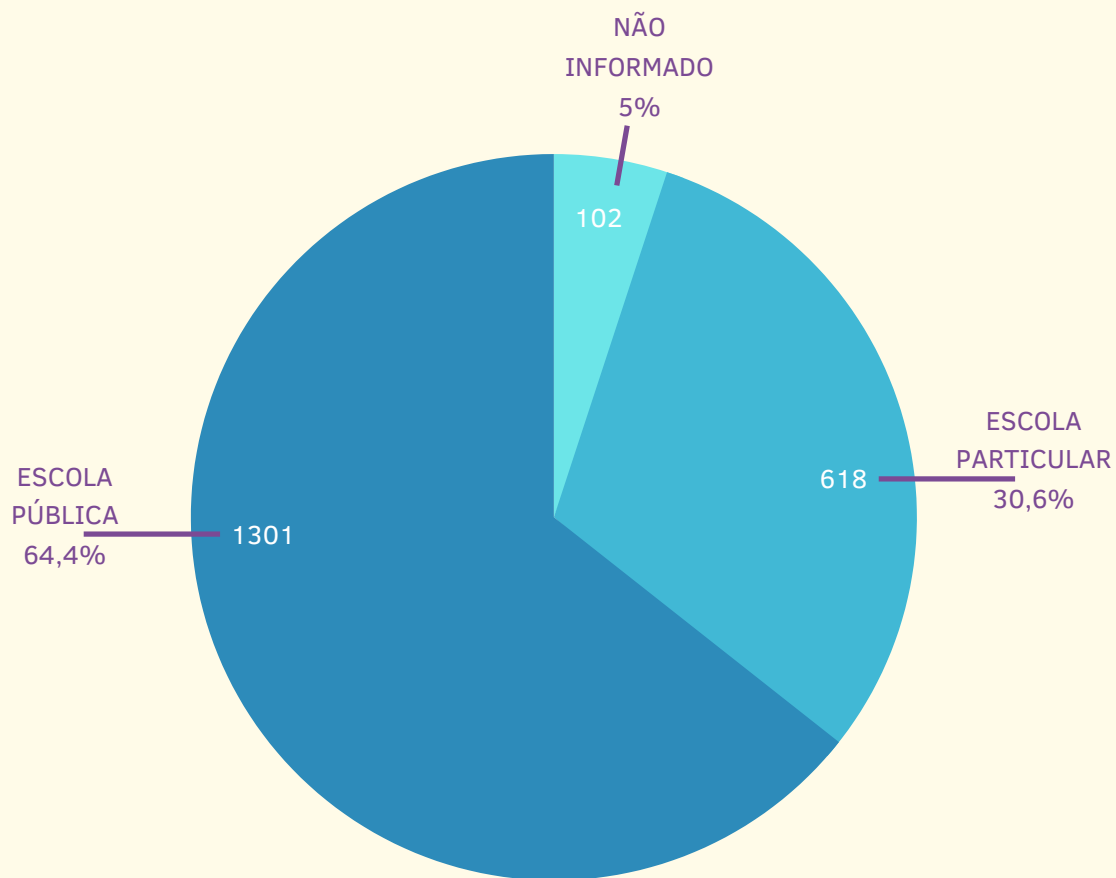
GRÁFICO 6 - GÊNERO DAS CRIANÇAS PARTICIPANTES



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Em relação ao gênero das crianças, o gráfico permite visualizar uma participação um pouco maior de meninas, correspondendo a 51%; enquanto os meninos representaram 47,9% das crianças participantes da pesquisa. Assim como na questão sobre autodeclaração racial, buscando possibilitar a compreensão de outras formas de identificação e também preservar o direito de a criança não responder, incluímos as opções de resposta: “outra: _____”, pedindo que a criança indicasse como se identificava; e “não sei ou não quero responder”. Tivemos 1,1% de crianças que não informaram ou não quiseram responder a essa pergunta, e não tivemos respostas na opção outra.

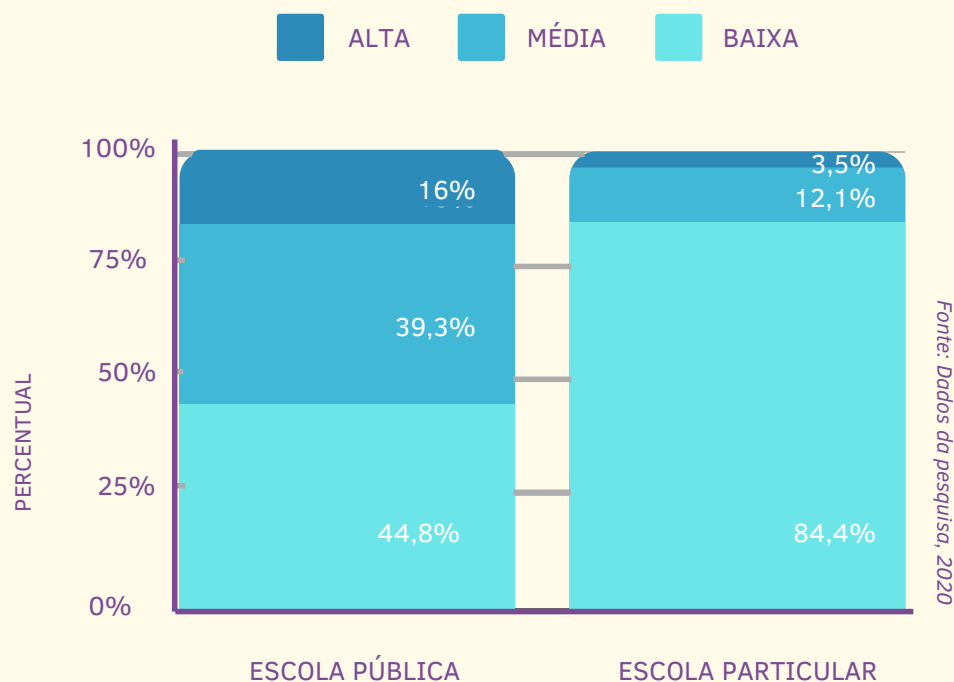
GRÁFICO 7 - TIPO DE ESCOLA DAS CRIANÇAS PARTICIPANTES



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

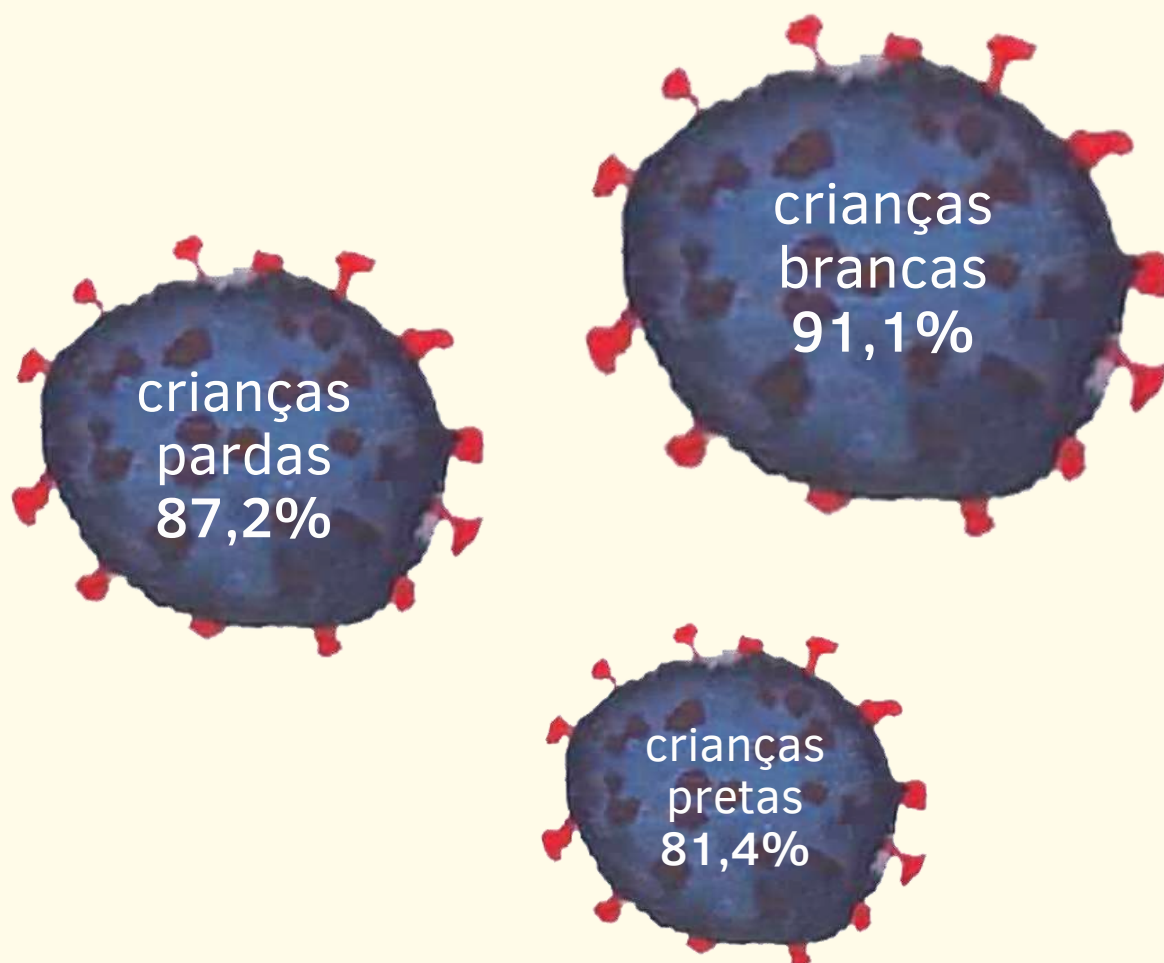
Em relação ao tipo de escola verificamos, neste gráfico, que um total de 64,4% das crianças frequentavam escolas públicas e 30,6% das crianças frequentavam escolas particulares. Esse dado evidencia que a maior parte das crianças participantes da pesquisa estudavam em escolas públicas. Mesmo a pesquisa não tendo a intenção de ser representativa estatisticamente de toda a infância da grande BH, também sobre este aspecto observa-se uma correlação com os dados do censo escolar de 2019.

GRÁFICO 8 - VULNERABILIDADE TERRITORIAL DAS CRIANÇAS PARTICIPANTES POR TIPO DE ESCOLA



No processo de tratamento e análise dos dados, evidenciou-se a relevância de relacionar as respostas das crianças aos seus mundos sociais. Como não foi possível termos critérios prévios de constituição de amostra estratificada, a distinção entre o tipo de escola foi o caminho inicial para a diferenciação em relação ao pertencimento social. Entendemos, no entanto, que a diferenciação apenas pelo tipo de escola, pública ou particular, seria insuficiente para o entendimento das condições de vida das crianças, por diferentes razões, dentre as quais certa heterogeneidade do público das escolas públicas. Buscamos, então, agrupar os respondentes considerando o local de moradia referenciado pela condição de vulnerabilidade territorial. O gráfico acima representa então um olhar refinado pela referência ao território, sobre quem eram as crianças que estudavam em cada tipo de escola, buscando não homogeneizar essas instituições, em especial as escolas públicas. Com relação aos percentuais de crianças que estudam em escola pública, observa-se que 44,8% estão em territórios de baixa vulnerabilidade, 39,3% de média e 16% moram em territórios de alta vulnerabilidade. Já em relação a escola particular verifica-se que 84,4% das crianças que estudam nesse tipo de escola, moram em território de baixa vulnerabilidade. Ou seja, se comparada à escola pública, é quase o dobro das crianças que estão em território de baixa vulnerabilidade.

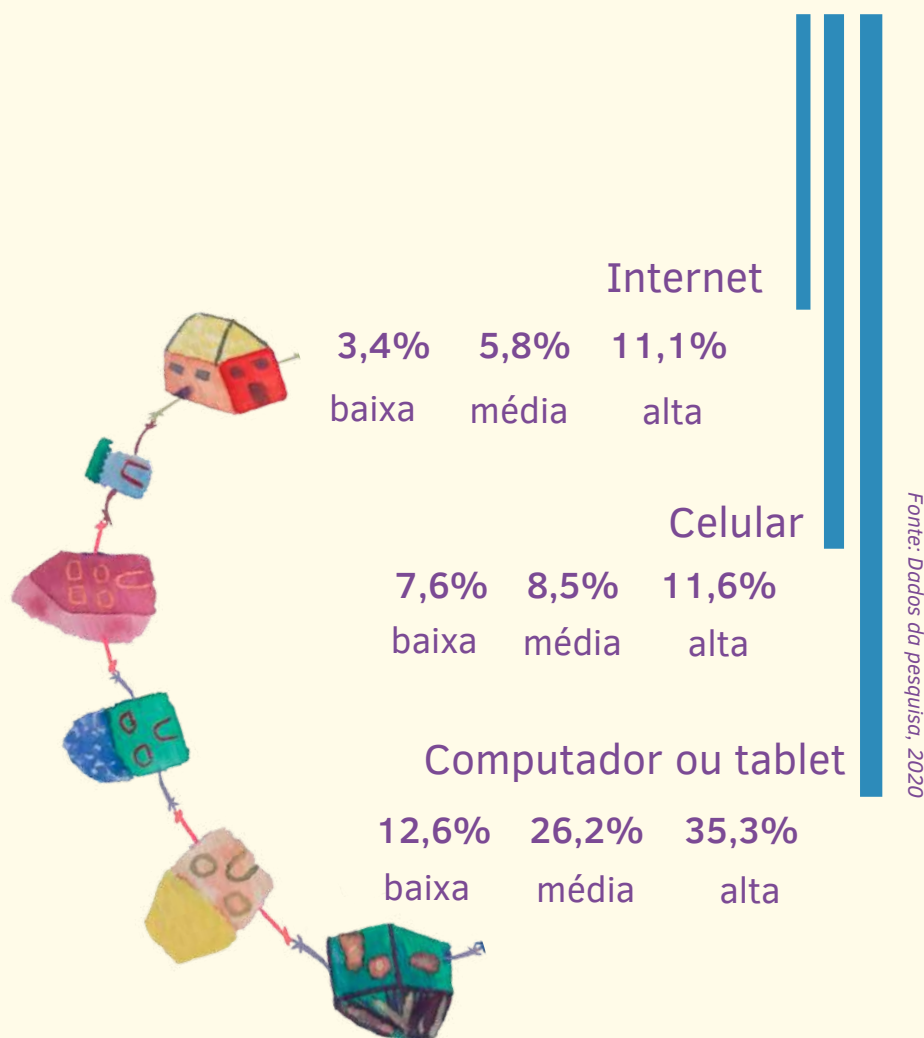
ACESSO A COMPUTADOR, TABLET, CELULAR OU INTERNET



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

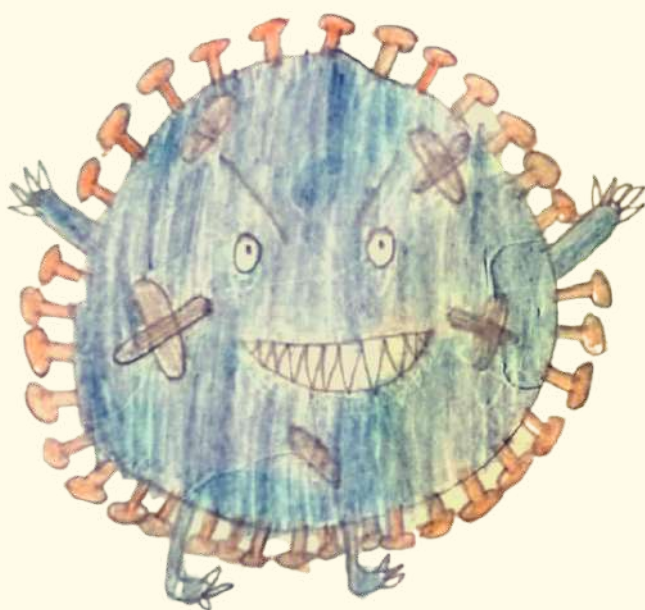
Nesse infográfico apresentamos de modo condensado as informações referentes ao acesso das crianças a computador, tablet, celular ou internet em casa, fazendo uma correlação destas informações com a autodeclaração racial. Observamos, então, que as crianças que se autodeclararam brancas têm mais acesso a essas ferramentas, do que as pardas e as pretas respectivamente. No caso das crianças autodeclaradas pretas, observa-se quase 10 pontos percentuais a menos do que as crianças brancas.

AUSÊNCIA DE ACESSO À TECNOLOGIA POR VULNERABILIDADE DO TERRITÓRIO



Neste infográfico apresentamos a correlação entre o **não acesso** à internet, celular, computador ou tablet em relação à vulnerabilidade territorial. Percebemos que entre as crianças que não têm acesso à internet, 11,1% moram em territórios de alta vulnerabilidade e que 11,6% das que não têm celular também moram nesse tipo de território de alta vulnerabilidade. Já em relação ao acesso ao computador ou tablet, observamos que, de uma maneira geral, as crianças da pesquisa têm menos acesso a esses equipamentos. Observa-se, no entanto, que os percentuais de **não acesso** neste caso foram 12,6% entre as crianças que residem em territórios de baixa vulnerabilidade, 26,2% para crianças que residem em territórios de média vulnerabilidade e de 35,3% entre as que residem em territórios de alta vulnerabilidade. O índice de **não acesso** ao computador e tablet das crianças moradoras de territórios de alta vulnerabilidade é mais que o dobro

do que o das crianças moradoras de territórios de baixa vulnerabilidade. Os dados nos ajudam a compreender esses diferentes contextos de vida das crianças participantes da pesquisa. No entanto, é importante chamar atenção também para o fato de que podem existir diferenças maiores considerando que a pesquisa chegou somente às crianças que tinham alguma forma de acesso à internet. Além disso, evidencia-se a diferença na qualidade desse acesso, pois o infográfico também permite inferir que parte das crianças que responderam podem ter acesso de maneira pontual ou com dificuldades relacionadas à disponibilidade dos equipamentos e/ou de dados para internet. Acreditamos que com as entrevistas poderemos compreender melhor estas primeiras análises.



*Imagem 12: Ilustração - Menino, 9 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020*



2.2

RESPEITO AO ISOLAMENTO SOCIAL

ESTÃO RESPEITANDO O AFASTAMENTO SOCIAL



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Uma das perguntas do questionário estava relacionada ao cumprimento ou não do afastamento social. A maioria das crianças, ou seja, 89% responderam estar cumprindo o isolamento social e, apenas 4% das crianças responderam não a esta questão.

As respostas abertas relacionadas a essa pergunta nos permitiram uma interessante análise casuística sobre os dois grupos. O grupo que responde “sim, estou cumprido isolamento social” e outro grupo que responde “não, não estou cumprido o isolamento social”. Analisaremos a seguir as justificativas incluídas nas respostas abertas a essa questão.

SIM, ESTÃO ISOLADAS!

SUBMISSÃO A UMA ORDEM ADULTA

10% DAS CRIANÇAS

“Cumprir lei é uma ordem”

(Menino, 9 anos, parda, escola pública, Belo Horizonte)

“Porque meus pais não deixam a gente sair de casa”

(Menino, 8 anos, parda, escola particular, Belo Horizonte)

“Por que é obrigatório”

(Menino, 8 anos, branca, escola pública, Lagoa Santa)

COLETIVIDADE E SOLIDARIEDADE

30% DAS CRIANÇAS

“Porque temos que fazer a nossa parte”

(Menina, 8 anos, branca, escola particular, Belo Horizonte)

“Porque o mundo ficou doente, né”

(Menina, 8 anos, branca, escola particular, Belo Horizonte)

“Porque obedecemos a ciência”

(Menino, 12 anos, preta, escola pública, Ibirité)

COMPREENSÃO DO RISCO

30% DAS CRIANÇAS

INDIVIDUAL:

“Porque sou do grupo de risco, tenho diabete”

(Menina, 9 anos, branca, escola pública, Belo Horizonte)

SOLIDARIEDADE INTERGERACIONAL:

“Para ficar protegido e proteger minha família, principalmente meu irmãozinho e meus avós”

(Menina, 11 anos, parda, escola pública, Pedro Leopoldo)

SENTIDOS DE FUTURO

“Porque tenho problema de saúde, sou de risco, não quero ficar doente, tenho muito pela frente”

(Menina, 10 anos, branca, escola pública, Mateus Leme)

Para um primeiro grupo, o cumprimento do isolamento social é muito relacionado a **submissão a uma ordem adulta**, isso pode ser exemplificado em justificativas como: “cumprir é lei”, “é uma ordem”, “eu estou cumprindo por quê meus pais não deixam a gente sair de casa”, ou um outro menino que diz “eu estou cumprido porque é obrigatório, né!”

Um segundo grupo classificamos como justificativas que estão no campo da **coletividade e solidariedade**, constituído por respostas como: “eu to cumprindo para não pegar o coronavírus e pra não colocar em risco as pessoas”, “eu to cumprindo o isolamento porque cada um tem que fazer sua parte”, ou “porque o mundo ficou doente né?”. Uma criança ainda afirmou “porque obedecemos a ciência”, o que significa que a problemática que relaciona a crise política e a crise sanitária também está presente nos discursos das crianças.

Um terceiro e maior grupo de crianças que respondeu “sim” é um grupo de crianças que revelam compreensão do risco. Muitas vezes essa compreensão esteve atrelada a um risco individual, no caso, por exemplo, de uma criança que diz porque “sou do grupo de risco, tenho diabetes”. Mas também há outras crianças em um subgrupo que denota o que chamamos de “solidariedade intergeracional”, caracterizado por respostas como: “pra me proteger e proteger meus familiares”, “pra ficar protegido e proteger minha família, principalmente meu irmãozinho e meus avós.” E ainda dentro do que classificamos como compreensão do risco, estão crianças que falam sobre o futuro pós-pandemia, como, por exemplo, quando respondem: “Estou colaborando porque quero que isso acabe rápido” ou “porque tenho problemas de saúde”; “Sou de risco, não quero ficar doente e tenho muito pela frente”.

Ficou evidente como as crianças que responderam “sim, estou cumprindo o afastamento social”, têm clareza sobre as consequências da situação que vivemos, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo. Essa escuta revelou diversas visões das crianças, mas mostrou, sobretudo, como suas opiniões não se restringem ao que poderíamos chamar de maneira simplista de “universo infantil”. As respostas das crianças revelam, acima de tudo, capacidade de compreensão de sujeitos históricos e de direitos que são capazes de projetar suas próprias vidas. Em suma, essas respostas apontam expectativa, resignação, reflexão, reivindicação, solidariedade, múltiplos sentimentos vinculados às vivências, que mostram que as crianças são capazes de interpretar essa realidade.

NÃO ESTÃO ISOLADAS!

NECESSIDADE DE SAIR

30% DAS CRIANÇAS

“Minha mãe trabalha e eu vou com ela”

(Menina, 10 anos, parda, escola pública, Lagoa Santa)

“Porque minha mãe e meu pai trabalham e eu preciso ficar em outra casa”

(Menina, 10 anos, branca, escola pública, Lagoa Santa)

“Preciso sair com meus pais que trabalham”

(Menino, 9 anos, amarela, escola pública, Rio Acima)

EFEITOS NEGATIVOS DO ISOLAMENTO

20% DAS CRIANÇAS

“Porque eu estava ficando triste. Mamãe me leva em lugares que tem pouca gente e aberto”

(Menina, 8 anos, branca, escola particular, Belo Horizonte)

“Acho ruim ficar preso em casa sem ver ninguém”

(Menina, 10 anos, parda escola pública, Belo Horizonte)

“Muita gente na casa pequena”

(Menina, 8 anos, parda, escola pública, Belo Horizonte)

SOCIALIZAÇÃO COM FAMÍLIA E AMIGOS

20% DAS CRIANÇAS

“Estou brincando com meu primo de 2 anos (dividimos o lote) e vou pra casa da minha bisavó”
(Menina, 8 anos, parda, escola particular, Belo Horizonte)

NECESSIDADE DE BRINCAR

15% DAS CRIANÇAS

“Preciso brincar”

(Menina, 8 anos, branca, escola pública, R. das Neves)

“Porque brinco na rua de casa, mas uso máscara”

(Menino, 11 anos, branca, escola pública, Vespasiano)

CONTESTAM O ISOLAMENTO

5% DAS CRIANÇAS

“Porque não estou preocupado, acho muito joguinho de politicagem”

(Menina, 8 anos, branca, escola pública, Sarzedo)

“Porque está quebrando a economia”

(Menina, 11 anos, parda, escola particular, Contagem)

Os quadros acima apresentam as justificativas das crianças que responderam “não” estarem respeitando o afastamento social. Em um primeiro grupo, estão as que revelam não estarem isoladas por diferentes necessidades de sair, com justificativas do tipo: “*minha mãe trabalha e eu vou com ela*” ou “*porque minha mãe e meu pai trabalham e eu preciso ficar em outra casa*” ou ainda, um menino que respondeu, “*eu preciso sair com meus pais que trabalham*”. Observa-se como a condição dos pais trabalhadores interfere diretamente na possibilidade de realizar o isolamento social, o que evidencia que a possibilidade de cumprimento do afastamento social tem direta relação com o pertencimento social das crianças.

O segundo grupo, que justifica o não afastamento por efeitos negativos do isolamento, está constituído por crianças que disseram, por exemplo, que acham “*muito ruim ficar preso em casa sem ver ninguém*” ou que “*é muita gente pra viver em uma casa pequena*”, como disse uma criança de 8 anos ou porque “*estava ficando triste, minha mãe me leva em lugares que tem pouca gente e é aberto*”, como disse também outra criança de 8 anos.

Os demais grupos, representados em menor percentual, indicam a neces-

sidade de socialização com a família e com amigos, exemplificados por crianças que dizem “*estou brincando com meu primo de 2 anos*”, ou “*dividimos o lote e eu vou pra casa da minha bisavó*”, ou também a **necessidade de brincar**, que foi manifestada por 15% dessas crianças, “*eu preciso brincar ou porque eu brinco na rua de casa, mas eu uso máscara*”. Há ainda um pequeno grupo, de menor percentual, que **contesta a necessidade do isolamento** dizendo que “*eu não estou preocupado*”, “*acho muito joguinho de politicagem*”, e há também uma criança que respondeu, “*porque o isolamento está quebrando a economia*”. Cabe destacar, nesse conjunto de respostas, a permanência do hábito da visitação a familiares e amigos e o brincar como aspectos que parecem ser imperativos na vida dessas crianças.

2.3

EMOÇÕES E SENTIMENTOS



Imagem 13: Não tenha medo mamãe - Menina, 7 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Após essas apresentações com as justificativas das crianças para o cumprimento ou não do isolamento social passaremos para análises iniciais das questões abertas relativas a emoções e sentimentos. As primeiras análises fortalecem a percepção da capacidade de compreensão das crianças sobre as relações sociais e as diversas mudanças relacionadas à pandemia e o quanto elas estão sendo afetadas por este contexto. A imagem acima representa bem o que foi comentado sobre as justificativas para o cumprimento ou não do isolamento, assim como a imagem trazida no início do relatório em que a criança fala da complexidade e mesmo da ambiguidade da situação do isolamento. Nessa imagem é possível ver a criança oferecendo suporte à mãe, representando inclusive uma inversão de papéis socialmente esperados, de que os adultos é que estariam dando suporte para as crianças. No caso representado pelo desenho, a criança nos mostra a atitude encorajadora passada aos adultos, com essa imagem e com essa frase: "Não tenha medo, mamãe!".

TRISTEZAS E MEDOS



Imagem 14: Meu aniversário em Julho - Menino, 9 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020

A questão aberta relativa a tristezas e medos tinha como pergunta: “Nessa época de pandemia de coronavírus, existem coisas que te deixam triste ou com medo? Quais são elas?”, sendo possível colocar mais de uma resposta. A imagem acima apresenta a produção de uma criança, com o título: “Meu aniversário em julho” e mostra uma criança solitária em uma data comemorativa. Uma produção que nos tocou bastante, porque a ausência dos amigos está presente em boa parte das reflexões feitas nessa resposta aberta sobre o que trazia tristeza e medo. Apresentamos a seguir, alguns depoimentos que nos permitem ver as reflexões mais recorrentes nas respostas das crianças.



“Fico triste porque a noite tenho ansiedade e começo a chorar à toa, e tenho medo da minha mãe morrer e ficar sozinha no mundo.”

(Menina, 11 anos, branca, escola pública, Lagoa Santa)

“Não poder ir pra escola, passear ou ir na casa dos meus avós.”

(Menino, 7 anos, branca, escola pública, Rio Manso)

“Eu não posso sair eu só saio um pouco para brincar na praça e no parquinho, então tá me deixando triste.”

(Menino, 10 anos, parda, escola particular, Vespasiano)



A primeira frase, de uma menina de 11 anos, “Fico triste porque a noite tenho ansiedade, começo a chorar à toa e tenho medo da minha mãe morrer e ficar sozinha no mundo” representa uma parte do conjunto das respostas que nos sensibilizou bastante pela presença do medo da morte, do adoecimento, especialmente dos familiares, como iremos destacar também no âmbito das preocupações, assim como pelo uso de expressões desse mal estar que o contexto da pandemia tem trazido para as crianças. O outro grupo das reflexões representadas pela segunda frase é “não poder ir à escola, passear, ir à casa dos meus avós”. Esta resposta evidencia as relações com os avós, pois, apesar de nenhuma questão específica ter perguntado diretamente para as crianças sobre o avô ou a avó, eles apareceram de forma bastante frequente nas respostas às questões abertas, tanto nas que dizem respeito às tristezas e aos medos como depois às alegrias, na possibilidade de convivência com avós. A terceira resposta: “Eu não posso sair, eu só saio um pouco pra brincar na praça e no parquinho e tá me deixando triste” se relaciona com o que foi apresentado sobre as justificativas para o não cumprimento do isolamento social, quando é possível ver esses efeitos no estado emocional das crianças. Vale, no entanto, ressaltar que, mesmo diante disto, o número de crianças que afirmou não cumprir o isolamento social foi muito pequeno.

ALEGRIAS E O QUE FAZ RIR



“Minha mãe está em casa, antes eu mal via ela.”

(Menino, 11 anos, branca, escola pública, Contagem)

“O tempo que eu tenho com minha família me deixa muito feliz, e os vídeos engraçados na internet me fazem rir.”

(Menino, 12 anos, branca, escola pública, Pedro Leopoldo)

“Estar bem e em casa e pensar que vai passar. O que me fazem rir: vídeos no youtube e as brincadeiras do meu pai.”

(Menina, 10 anos, preta, escola particular, Belo Horizonte)



Em outra questão aberta foi perguntado à criança o que, nesta época de pandemia, tem trazido alegria e faz rir. O conjunto das respostas novamente reforça a importância que as crianças dão para as relações interpessoais, especialmente para a convivência com a família e com os amigos. Um elemento presente no conjunto das respostas e que novamente evidencia a complexidade do próprio contexto de isolamento foi o destaque dado por algumas crianças ao fato de poderem conviver mais com seus familiares como algo bom, trazido pelo contexto do isolamento social. A primeira resposta, de uma menina de 12 anos: “O tempo que eu tenho com a minha família me deixa muito feliz, e os vídeos engraçados na internet me fazem rir” faz referência a situações concretas que se relacionam com o riso, como piadas e memes da internet que a faziam rir. A segunda resposta também trata do que foi destacado acima relativo à convivência familiar: “Minha mãe está em casa, antes eu mal via ela.”, a criança traz isso como motivo de alegria, o fato de conviver mais tempo com a mãe. E a terceira “Estar bem em casa e pensar que vai passar, o que me faz rir: vídeos no YouTube e as brincadeiras do meu pai.”, novamente aparece a relevância da convivência familiar para essas crianças, desta vez com o pai.



Imagem 15: Quadrinho - Menina, 7 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Em seguida apresentaremos análises iniciais de três dimensões que permitiram uma aproximação de experiências das crianças por meio de informações sobre suas preocupações, relações familiares e atividades que estavam fazendo nesse contexto de pandemia. A imagem acima é uma produção de uma menina de 7 anos, que traz vários elementos de situações e cenas de vivências cotidianas, com destaque para a frase localizada no canto inferior esquerdo “Mãe não tenha medo”, que já foi citada no relatório e é um recorte desse desenho. O desenho tem num primeiro plano também a presença de um cachorro, que está ali perseguindo o coronavírus onde se encontra também um menino que tem na mão uma espécie de detector de coronavírus usado para localizar onde há vírus para proteger a própria mãe. Um desenho muito potente que fala de diversas dimensões reais e imaginárias das vivências das crianças nesse contexto.

PREOCUPAÇÕES DAS CRIANÇAS

“

“Fico triste com o desemprego e fico com medo da minha mãe ficar desempregada.”

(Menina, 10 anos, parda, escola pública, Pedro Leopoldo)

“Fico com medo de ficar doente e minha família também.”

(Menina, 10 anos, branca, escola pública, Capim Branco)

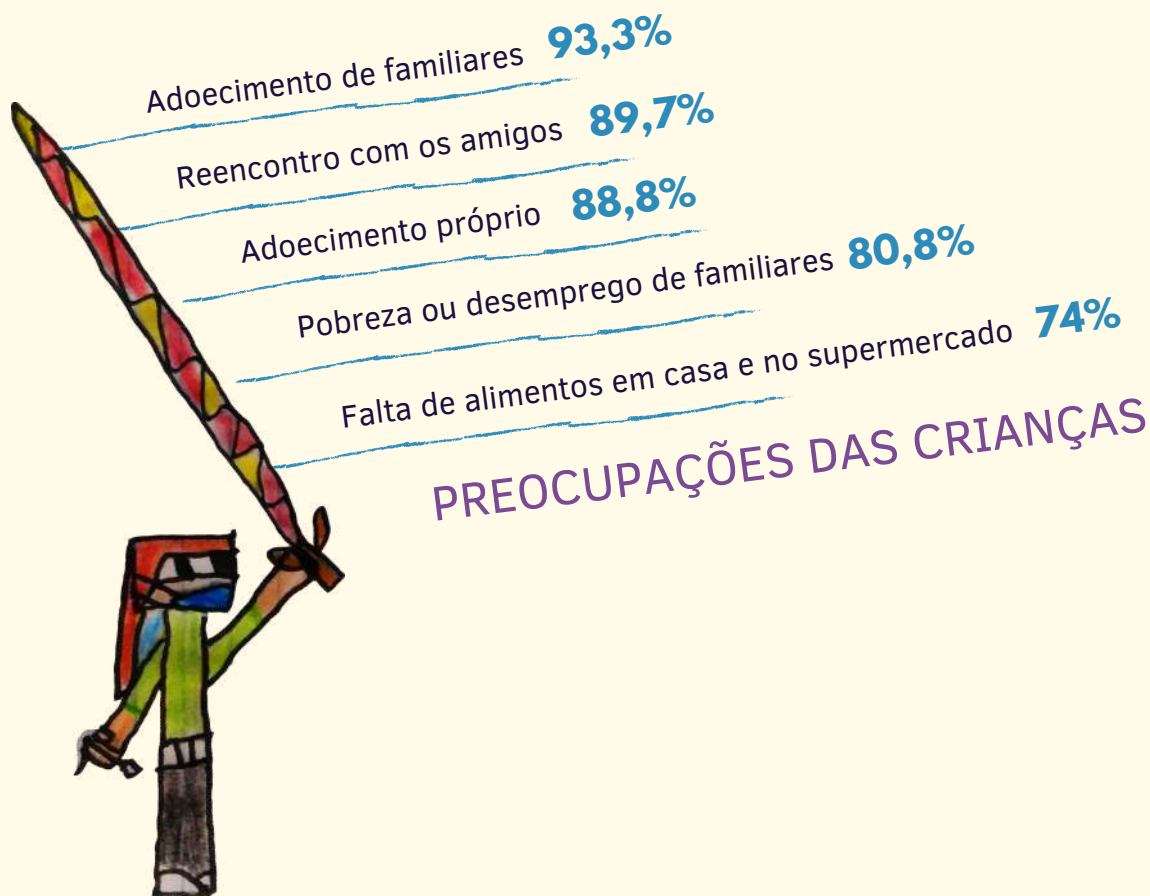
“Meu medo que acabe comida no supermercado e ficar morrendo de fome...”

(Menina, 9 anos, parda, escola pública, Lagoa Santa)

”

Foi solicitado às crianças que indicassem o quanto estavam preocupadas com algumas situações. As possibilidades de resposta da criança eram: não estou preocupada/o; estou um pouco preocupada/o; estou muito preocupado/a; e não sei ou não quero responder. Entre as situações mencionadas, estão as destacadas acima por serem as que tiveram os maiores percentuais de respostas, um pouco e muito preocupado.

No infográfico aparece a soma dos percentuais de “um pouco preocupado” e “muito preocupado”, em ordem decrescente: primeiro o adoecimento de familiares, com um percentual de 93,3% das crianças; em segundo o reencontro com os amigos com um percentual de 89,7%; em terceiro o adoecimento próprio com percentual de 88,8%, em quarto a pobreza e o desemprego de familiares com percentual de 80%; e em quinto a falta de alimentos em casa e no supermercado com percentual de 74%.



É relevante destacar novamente as reflexões do início do relatório e presentes também nas justificativas sobre o cumprimento do isolamento social. O infográfico indica com muita clareza a compreensão aguçada das crianças sobre o que todos têm vivenciado, mostrando o quanto elas manifestam preocupações em relação aos diversos aspectos da vida social. Relacionando a questão das preocupações com o que foi apresentado sobre tristezas e alegrias fica clara a relevância atribuída às relações familiares e aos amigos por parte das crianças.

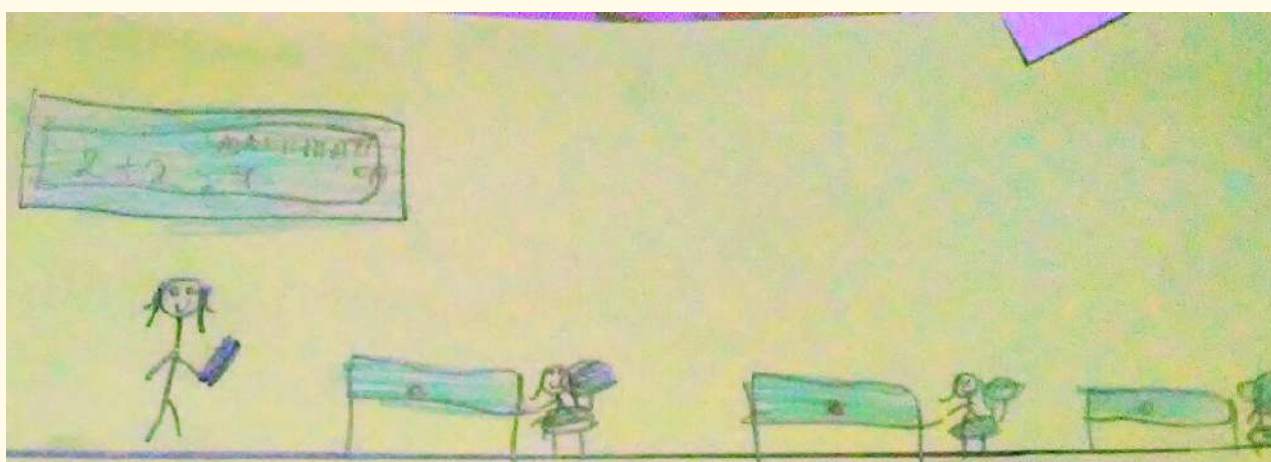


Imagem 16: Ilustração - Menina, 10 anos
 Fonte: Dados da pesquisa, 2020

PREOCUPAÇÃO ELEVADA COM FALTA DE COMIDA

	CRIANÇAS PRETAS	CRIANÇAS PARDAS	CRIANÇAS BRANCAS
CASA	52,63%	50,4%	40,05%
SUPERMERCADO	47,9%	46,49%	35,81%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Ao analisar de forma mais detalhada o grupo de crianças que se mostraram preocupadas com a falta de alimentos, percebemos diferenças internas ao grupo quando considerada a autodeclaração racial das crianças. Como indicado no início do relatório, a equipe tem o objetivo de fazer cruzamentos entre as respostas relacionadas à autodeclaração racial, ao gênero e ao local de moradia, categorizados com os indicadores de vulnerabilidade social, de modo a possibilitar compreender a diversidade de experiências dos grupos de crianças conforme estes pertencimentos. Nesse campo de preocupações, esse foi um primeiro cruzamento que nos chamou atenção já que a análise dos percentuais das crianças que estavam muito preocupadas com a falta de comida em casa e no supermercado – a questão apresentava um item para cada uma dessas situações – permitiu constatar que o percentual de crianças pretas, pardas e brancas apresentava diferença significativa e indicava uma inversão quanto ao percentual de cada um desses grupos relativo ao total de crianças que responderam a nossa pesquisa.

Como apresentado nas informações sobre o perfil das crianças participantes, tivemos o percentual de 45% de crianças que se declararam pardas, 39% de crianças que se declararam brancas e 9,2% de crianças que se declararam pretas. Comparando estes percentuais de autodeclaração racial das crianças participantes com o quadro apresentado acima, que apresenta os percentuais de cada grupo conforme preocupação relativa à ausência de comida em casa e supermercado, vemos que para os dois itens, o grupo de crianças pretas é o maior. Em relação à preocupação com a ausência de comida em casa, este grupo de crianças que se autodeclararam pretas atingiu 52,63%. Em segundo lugar temos as crianças que se autodeclararam pardas, com 50% e em terceiro lugar, as crianças brancas, com 40%.

Em relação à falta de comida nos supermercados, 47,9% de crianças pretas, 46% de crianças pardas e 35,81% de crianças brancas revelaram essa preocupação. Percentuais estes que indicam relações com o racismo estrutural presente em nossa sociedade, relacionado provavelmente com condições concretas de vida dessas crianças. Como já informado não havia no questionário questões específicas sobre renda, mas temos algumas pistas quando é realizado o cruzamento entre a autodeclaração racial e o bairro que a criança nos informou. Quando se constata essa diferença de percentual, temos um indício, uma sinalização de que provavelmente as crianças pretas e pardas encontram-se em situações socioeconômicas que as levem a ficar mais preocupadas com a ausência de comida em casa e no supermercado. Destacamos nesta análise o período em que o questionário foi aplicado, pois estávamos no início da situação de pandemia, e havia uma corrida ao supermercado, inclusive para a compra dos itens de higiene das mãos e ambientes, como álcool e água sanitária, mas também se falava na possibilidade da ausência de alimentos, evidenciando novamente o quanto as crianças estavam atentas a essas discussões de uma forma mais ampla.

Para introduzir as informações sobre as relações familiares trazemos abaixo mais uma produção feita por um menino de 8 anos. Nesse desenho o próprio título faz referência à temática “Desenho feito por A grande família”, e ele retrata experiências familiares com um detalhamento das vivências dentro da casa.

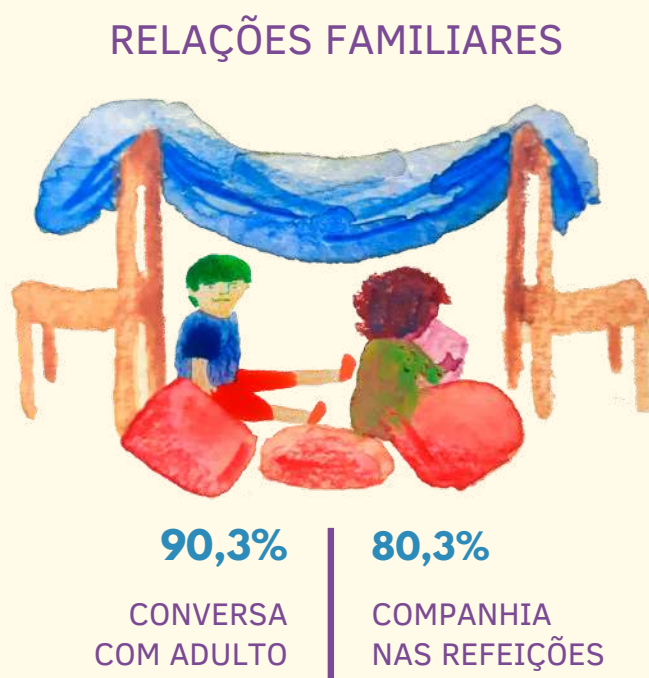


Imagem 17: A grande família
Menino, 8 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020

2.4

RELAÇÕES FAMILIARES

“Meu cachorro, minha mãe e minha família...”
(Menino, 8 anos, parda, escola pública, Confins)



Em uma das questões procuramos conhecer como estava a relação da criança com a família nesse contexto de pandemia. A questão possibilitava à criança as seguintes opções de resposta: sim; não; às vezes; e não sei ou não quero responder. O infográfico acima apresenta os percentuais de resposta da opção “sim” para os itens sobre a possibilidade de conversar com um adulto quando quisesse, que obteve o percentual de 93,3%; e sobre a possibilidade de companhia dos adultos nos momentos das refeições, que obteve um percentual de 80,3%. Apresentamos essas informações como indicativo de uma tendência de que as crianças têm tido boas relações nos ambientes familiares. Entretanto, também consideramos importante chamar atenção para o percentual de crianças que responderam “não” ou “às vezes”

nesses dois itens, considerados como indicadores da qualidade de relação em alguma medida. Tivemos, então, 10% de crianças que não têm essa possibilidade, ou tem essa possibilidade só às vezes, ou não quiseram nos responder sobre este item relativo à possibilidade de conversa com o adulto; e um percentual de 20% em relação à possibilidade de companhia durante as refeições. É importante lembrar que, como indicam os estudos sobre as crianças da faixa etária pesquisada (8 a 12 anos) e como também foi constatado nesta pesquisa, a família aparece como lugar central. Esse aspecto pode ser resumido pela frase de uma menina de 8 anos ao falar sobre os motivos de alegria: “Meu cachorro, *minha mãe e minha família.*”

2.5

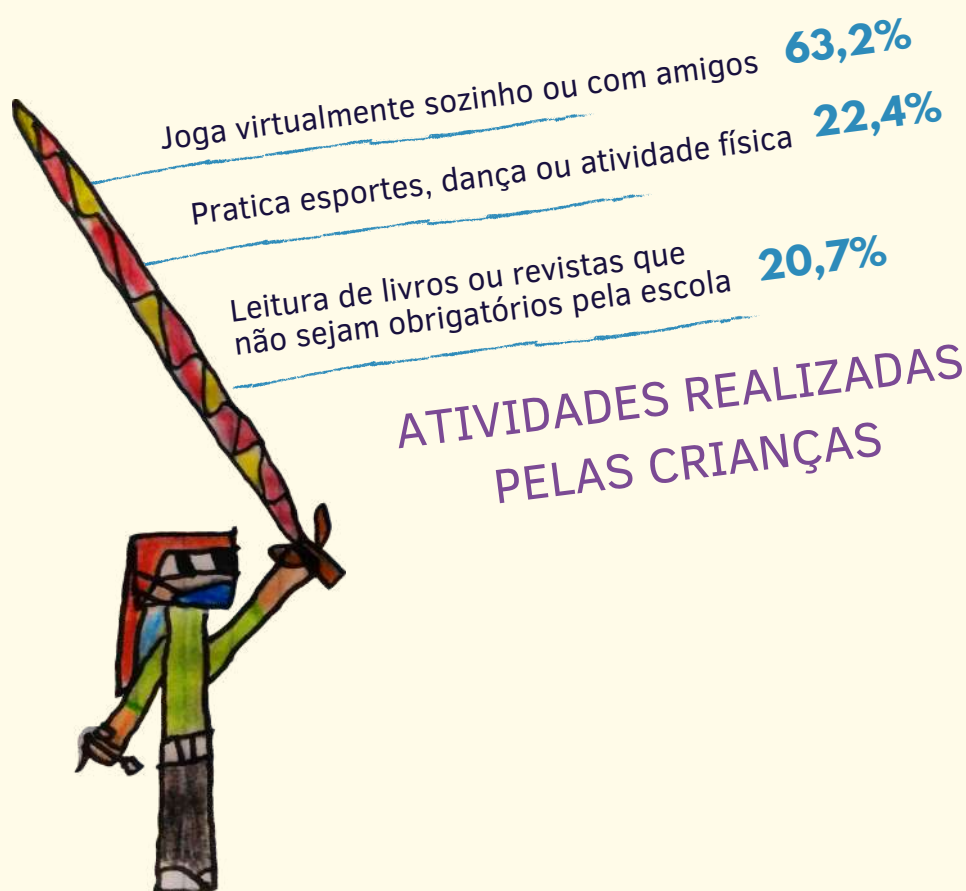
ATIVIDADES REALIZADAS PELAS CRIANÇAS



Imagem 18: Quadrinho - Menino, 8 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Na introdução desta seção, reproduzimos desenhos de uma criança de 8 anos, que se destacam pelo modo como foram feitos, lembrando a ideia de uma cartilha ou de um material informativo com frases e recomendações sobre o que fazer durante a pandemia. Outro aspecto que se destaca é a própria estética dos desenhos, em que a criança é retratada nos vários quadrinhos em imagens que a aproximam dos heróis, dos personagens que aparecem nos filmes e nos desenhos de produções dirigidas às crianças.

A questão solicitava que a criança indicasse a frequência com que realizava determinadas atividades durante a pandemia. As opções de resposta eram: nenhum dia; poucos dias; todos os dias; e todos os dias e várias vezes. O infográfico apresenta os percentuais somados de todos os dias e todos os dias e várias vezes de algumas atividades em ordem decrescente. Destacamos a atividade mais frequente entre as crianças que foi “jogar virtualmente sozinho ou com amigos”, com um percentual de 63,2%, e também as que obtiveram menor frequência que foram “a prática de esporte, danças ou atividades físicas” com percentual de 22,4%; e a “leitura de livros ou revista que não eram obrigatórios da escola” com percentual de 20,7%.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Analisando conjuntamente as respostas a esses três tipos de atividades, ressalta-se a condição geral de saúde e bem-estar das crianças, já notadas anteriormente em algumas justificativas para o cumprimento ou não do isolamento social. Considerando que outras atividades como assistir séries e desenhos também tiveram uma frequência elevada e vendo que a prática de atividades físicas e a leitura de livros alcançaram percentuais tão baixos, é preocupante a evidência de alta exposição das crianças às telas neste contexto de pandemia. Refletindo especificamente sobre as atividades corporais, observa-se que elas se mostram extremamente limitadas em função das próprias condições de moradia das crianças, que podem apresentar muitas restrições para o movimento físico, tão importante na manutenção da saúde e do bem-estar.

Destacamos, por fim, dois elementos relativos a respostas das crianças às questões abertas, que dizem respeito às mudanças que ocorreram quando elas deixaram de ir para a escola, exemplificadas pelas respostas selecionadas que aparecem acima. A primeira, de uma menina de 10 anos, fala da convivência de todos em casa, trabalhando e estudando nesse ambiente, sem poder sair para outros lugares, o que reforça as consequências do isolamento social e da restrição de movimento.



“Todos em casa sem trabalhar, ou trabalhando e estudando em casa. E não sair pra lugar nenhum, nem na casa de ninguém.”

(Menina, 10 anos, parda, escola particular, Vespasiano)

“Acordar e dormir mais tarde. Não ir à casa de parentes. Não praticar atividades físicas.”

(Menino, 12 anos, parda, escola pública, Belo Horizonte)



A segunda, de um menino de 12 anos, faz referência a mudanças nos horários de acordar e dormir e também às restrições de visitas a casa de parentes e à prática de atividades físicas, indicando que essas atividades só podiam ser realizadas fora de casa, e que, diante da impossibilidade de sair, há uma probabilidade de diminuição da frequência das atividades físicas.

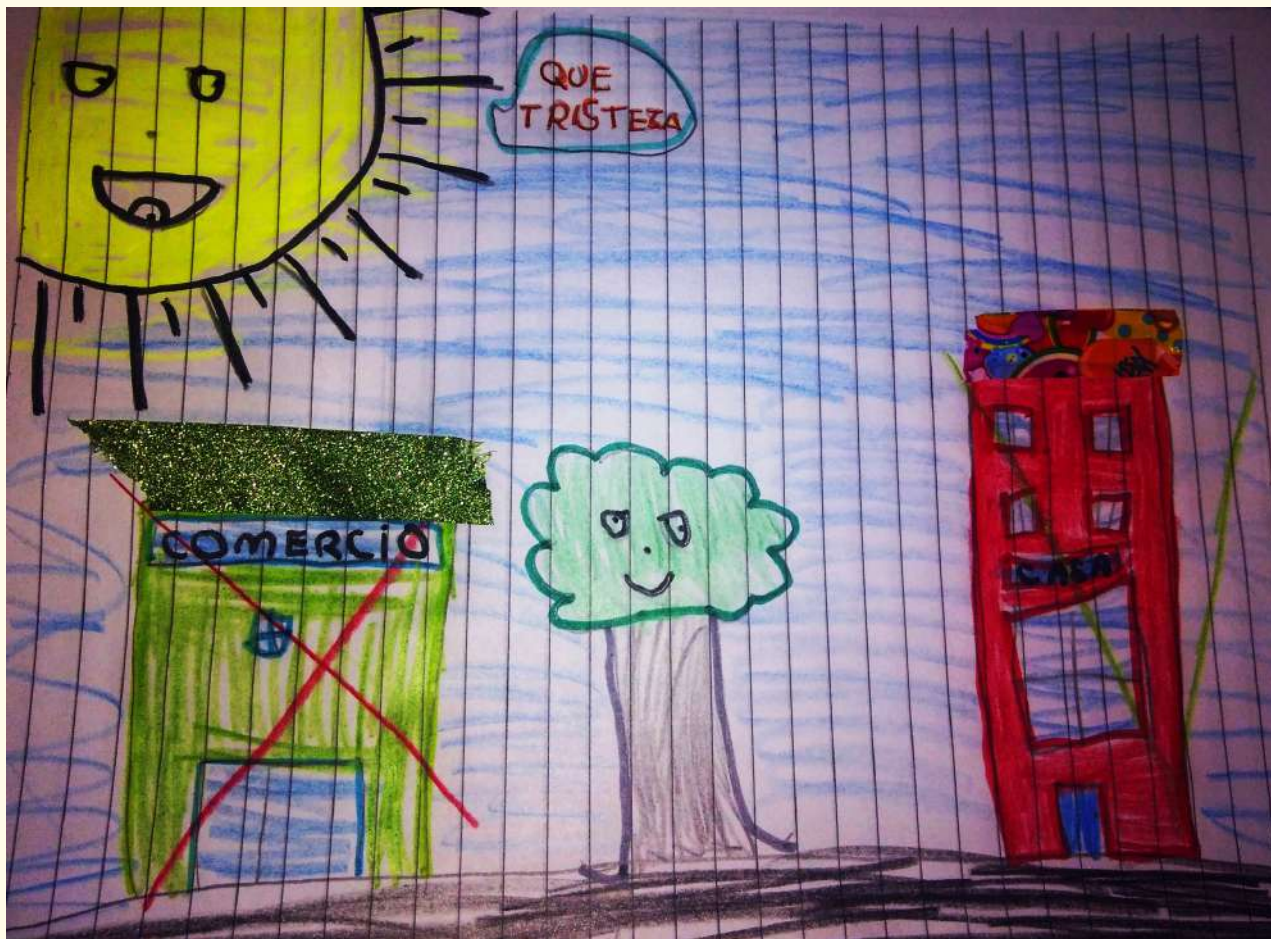


Imagem 19: Que tristeza - Menina, 9 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020

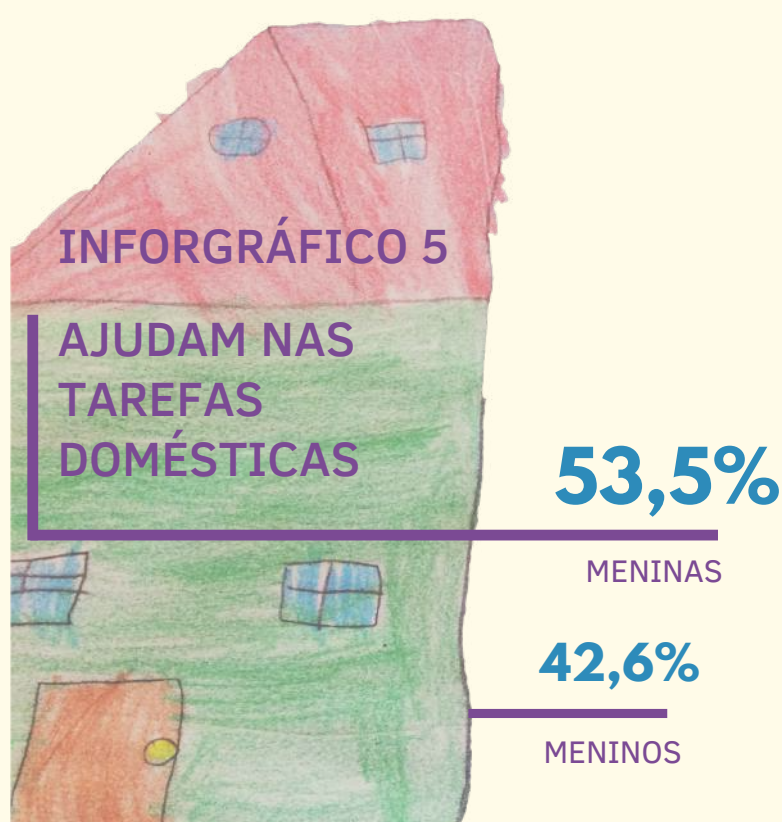
ATIVIDADES DOMÉSTICAS

“Sim, aprendi muitas outras coisas que a escola não ensina. Como: arrumar minha cama, ajudar minha mãe na cozinha, secar uma louça, na organização da casa e dos meus brinquedos.”

(Menina, 8 anos, branca, escola pública, Belo Horizonte)

Este tópico tem o objetivo de analisar as respostas das crianças em relação à sua participação nas atividades domésticas no período da pesquisa. A frase acima, escrita no formulário da pesquisa por uma menina de 8 anos, exemplifica a situação que, embora tenhamos a hipótese de que, para crianças das camadas populares, participar das tarefas domésticas não seja uma novidade, o afastamento da escola e a convivência familiar por mais tempo em casa levou a novas rotinas e aprendizagens nesse contexto.

A análise quantitativa desse item, no entanto, evidencia que essa participação revela diferenças entre meninos e meninas e também conforme o pertencimento racial declarado.



Embora a participação nas tarefas domésticas tenha sido informada por meninos e meninas, observa-se que o percentual das meninas que a declararam é superior ao dos meninos. Quando se referem à alternativa “Ajuda nas tarefas domésticas todos os dias e várias vezes ao dia”, essa diferença se amplia, observando-se que 78% das meninas responderam “sim” enquanto 48% dos meninos deram esta resposta.

Trata-se de um tema relevante que vai requerer maior aprofundamento. Dois aspectos se destacam: um deles é a positividade dessa atividade, e isso pode ser revelador de mais uma possibilidade de interação familiar e de aprendizagens do cuidado nesse tempo de isolamento social, como se evidencia no relato da menina de 8 anos reproduzido acima.

Ao lado desse aspecto positivo, no entanto, observa-se a expressão das desigualdades de gênero, na medida em que tais atividades são, também, trabalho doméstico compartilhado pelas crianças da família. A mesma situação ocorre em relação ao pertencimento racial uma vez que as meninas negras aparecem em maior número nessa atividade. Esses dados confirmam nossas hipóteses iniciais, ancoradas na compreensão de que os grupos historicamente vulnerabilizados e inferiorizados, nas situações de emergência social, veem se aprofundarem as consequências das desigualdades a que são submetidas.



*Imagem 20: Ilustração digital - Menina, 9 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020*

2.6

AS CRIANÇAS E A ESCOLA



Sobre as questões relacionadas à interrupção das atividades escolares, observa-se que 82,2% das crianças estavam preocupadas com a volta às aulas e que 85% consideravam importante o envio de atividades pelas professoras.

Embora ainda seja necessário maior aprofundamento das análises relativas às questões de gênero, raça e território, pode-se afirmar que a situação de pandemia exacerbou e jogou luz sobre as nossas desigualdades históricas. Em uma primeira análise, cotejando informações sobre as relações com a escola e o acesso a recursos digitais, discutidas neste relatório, observa-se que quanto maior o risco de vulnerabilidade territorial, maior o percentual de respondentes que revelaram não possuir acesso aos recursos digitais utilizados pelas escolas nesse período. E, ao desagregar os dados por pertencimento racial, as crianças brancas revelam o maior percentual de acesso a tais recursos, ficando as crianças pardas em segundo lugar e as pretas com o menor percentual.

Neste relatório discutimos as respostas abertas com os dados totais, ainda sem a correlação entre gênero, raça e território, o que será objeto de análise e discussão mais aprofundada em outra etapa da pesquisa. Destacamos, no entanto, a relevância desse dado por expressar uma situação que acentua desigualdades na infância.

Nas análises iniciais, triangulamos os dados relativos à preocupação com a volta às aulas e à concordância ou não com o envio de atividades pelas professoras com as respostas às questões abertas. As crianças manifestaram uma série de desconfortos relacionados à modalidade de ensino remoto. Elas escreveram sobre saudades da escola e das(os) professoras(es) e dos(as) colegas. Escreveram também sobre dificuldades relacionadas à interação por meios digitais, como no seguinte exemplo de uma menina de 10 anos: “às vezes fico com dúvidas que não sei como perguntar para o professor no distanciamento” (Menina, 10 anos). Além disso, manifestaram-se a respeito do impacto sobre as próprias disposições e o cansaço decorrente de estudar por meio da modalidade online, como nesta resposta: “a aula passou a ser mais cansativa mesmo tendo o mesmo tempo de duração” (Menino, 11 anos). Na mesma direção, as interações profes-

sor(a)-alunos(as) são indicadas como fator que torna a aprendizagem prazerosa: “Eu sinto falta de estudos com a minha professora porque com ela eu aprendo me divertindo” (Menina, 9 anos). E neste outro depoimento em que a menina manifesta desconforto com as aulas online e se ressentida da ausência de convivência com os amigos: “não consigo aprender tanto pois é bem difícil me concentrar ou não me entediar nas aulas online e é ruim ficar longe dos meus amigos” (Menina, 10 anos).

Em alguns casos, elas revelavam uma análise das consequências da interrupção das aulas, como neste depoimento: “Sinto falta dos ensinamentos dos professores pois vejo que isso prejudicou muito o ensino desse ano, esse ano está praticamente perdido e não sabemos como resolver essa situação” (Menino, 11 anos). Ele fala de prejuízos ao ensino e, ainda, se preocupa pelo fato de reconhecer que não se sabe ainda como resolver, implicando-se, inclusive nessa solução: “não sabemos como resolver”.

Assim, quando vemos esses altos índices de preocupação com o retorno e aprovação do envio de atividades escolares para casa, vemos não apenas a falta da escola mas também uma série de outros fatores negativos asso-

ciados ao ensino remoto. O depoimento a seguir sintetiza aspectos indicados pelas crianças pesquisadas: “ocorreram [mudanças], pois é muito mais complicado ter aulas online, é pior a concentração, muitas vezes eu tenho dor de cabeça de tanto olhar para tela, e para mim a pior coisa, é essa enorme saudade de andar pela escola, ver pessoalmente os professores e minhas amigas, descer com minhas amigas para a biblioteca da escola, no recreio, para ler, e ver os nossos amigos adultos legais, os bibliotecários, de esperar a minha irmã mais velha na arquibancada, enquanto converso com as minhas amigas... É bem difícil não ter contato com tudo isso”(Menina, 11 anos).

A análise das respostas abertas permite afirmar que a escola possui um lugar central na vida das crianças e que elas o reconhecem e são capazes de expressar seus sentidos nos diferentes aspectos: as condições e a importância da aprendizagem dos conteúdos, a importância das interações cotidianas com os professores no ambiente da escola para que a aprendizagem aconteça e seja mais prazerosa e satisfatória, bem como a importância da companhia dos colegas como um fator que favorece a apreensão do que é ensinado.

Suas manifestações sobre o ensino remoto revelam com clareza a impossibilidade de se naturalizarem ideias de ensino remoto na educação básica, uma vez que as formas de aprender precisam contar com condições que ultrapassam processos didáticos de organização e transmissão dos conteúdos, passando pelos ambientes de sociabilidade entre as crianças e delas com os adultos na escola. Escutar essas crianças nesse período de afastamento da escola permitiu evidenciar que a sociabilidade é condição para o aprendizado escolar, constituindo-se em subsídio, ofertado pelas próprias crianças, para a reflexão sobre os projetos pedagógicos das escolas.

Um elemento a ser considerado é que a escola é um regulador importante na vida das crianças e em suas rotinas que foram bastante alteradas. Além disso, a elevada preocupação com o retorno às aulas aparece ao lado das preocupações discutidas neste relatório, no que diz respeito à saúde própria e de familiares, condições financeiras, etc. Por essa razão, destacamos a importância de que a política educacional (e intersetorial para a infância) considere as vivências das crianças durante todo o período de suspensão das aulas e suas consequências sobre sua saúde física, mental e

emocional. Essa consideração é fundamental para se evitarem ações sustentadas pela ideia de “recuperar o tempo perdido” no que concerne aos conteúdos. A pesquisa indica que é necessário acolher as crianças e suas famílias de forma integral no retorno à escola, o que significa a construção de tempos e espaços de escuta e a formulação, com a participação de todos, de propostas adequadas de utilização dos espaços (inclusive em termos sanitários), dos tempos e das relações. Tais elementos são fatores essenciais para que a escola cumpra sua função precípua de educação que, diante do contexto de emergência social e sanitária, precisa reconhecer as necessidades, demandas e condições de aprendizagem e socialização das crianças. Ou seja, as políticas e práticas educativas devem ter atenção às condições econômicas e socioemocionais de milhões de crianças que viveram e estarão vivendo as consequências de um evento inédito, tanto para elas como para os adultos.

Para finalizar este item, reafirmamos a complexidade das experiências das crianças no período de isolamento/suspensão das atividades escolares. Ressaltamos que suas experiências devem ser consideradas a partir dos diferentes contextos de vida com o enfoque das desigualdades sociais, raciais e territoriais, uma vez que elas se expressam como realidade existente e, também, como preditoras do aumento das desigualdades sociorraciais no futuro retorno às atividades escolares presenciais e das condições gerais de vida da população infantil.



*Imagem 21: Lage da Vila Cafezal em Belo Horizonte
Fonte: Dados da pesquisa, 2020*



3

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal justificativa desta pesquisa, cujo projeto foi elaborado assim que a pandemia de Covid-19 chegou ao Brasil, é o compromisso dos pesquisadores e pesquisadoras do NEPEI/FaE/UFMG com os direitos das crianças. Consideramos a relevância de conhecer a situação em que as crianças se encontravam diante da emergência sanitária e social. Diferentes estratégias poderiam ser criadas, mas interessava-nos a escuta das próprias crianças. Dedicamo-nos, então, a construir um instrumento que, mesmo que insuficiente para uma aproximação mais efetiva, pudesse ser aplicado a distância e fosse capaz de apreender, em alguma medida, os pontos de vista das crianças. Pretendíamos compreender as condições das crianças em seus mundos sociais. Neste relatório, por seu caráter preliminar, não foi possível aprofundar as reflexões sobre as desigualdades sociais, territoriais, raciais e de gênero. Esse aprofundamento tem exigido maior refinamento teórico-metodológico e será apresentado em outras publicações. Concluir este trabalho é, para nós, um desafio não apenas teórico, mas também ético e político, qual seja, o de compreender as experiências das crianças e a condição infantil à luz das múltiplas desigualdades e do racismo estrutural.

Neste primeiro relatório, discutimos as questões da análise geral das respostas que recebemos de 2.021 crianças de 8 a 12 anos, residentes em 33 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Uma das ações em desenvolvimento pela equipe da pesquisa é a criação de formas de dar retorno dos resultados às crianças. Assim, este relatório, seminários acadêmicos e outras publicações, dirigidos ao poder público, aos municípios e à comunidade acadêmica, somam-se a ações de divulgação para as crianças por meio do site e do Instagram da pesquisa, que são recursos que possibilitam uma interação com elas sobre o tema da pandemia e também disponibilizam outros conteúdos de seu interesse. Encontra-se ainda em processo de criação uma produção fílmica em forma de animação também com resultados obtidos.

As entrevistas, realizadas com 33 crianças dentre as participantes, também de forma virtual, bem como um conjunto de outras manifestações das crianças como áudios, desenhos e fotografias encontram-se em fase de tratamento e análise e também serão objeto de outras publicações. Uma observação importante se refere ao nosso reconhecimento dos limites da

estratégia metodológica utilizada para atingir a diversidade de vivências da infância, uma vez que o instrumento de pesquisa por si só “selecionava” crianças que possuíam alguma condição de acesso aos recursos digitais para responderem ao questionário. Não foi possível apreender a qualidade desse acesso, mas as respostas relativas a esse item permitem verificar que, mesmo tendo respondido o questionário, há um percentual expressivo de crianças que não conta com a conjugação dos recursos (equipamentos de qualidade para acompanhamento de aulas e acesso a pacote de dados compatível com a atividade) que permita acompanhar o Ensino Remoto Emergencial adequadamente. Considerando-se que a pesquisa não chegou a crianças que não contam com possibilidade de comunicação pela internet, novas pesquisas precisam ser realizadas para uma aproximação desse grupo, para que seja possível um conhecimento mais robusto sobre as condições das crianças de diferentes camadas e grupos sociais no contexto da pandemia e no pós-pandemia.

Para finalizar este relatório, apresentamos conclusões e recomendações ao Poder Público e à Sociedade decorrentes das primeiras análises, que evidenciam dados relevantes para o conhecimento da realidade das crianças no contexto da Pandemia de Covid-19. Ressaltamos que essas conclusões e recomendações também foram divulgadas por meio de Nota (APÊNDICE C) como forma de assegurar a difusão das informações construídas com as crianças e, assim, contribuir para o fortalecimento e construção de ações que garantam o acesso a seus direitos, especialmente ao de participação nas ações que a elas se referem e sua prioridade de consideração diante de situações de perigo.

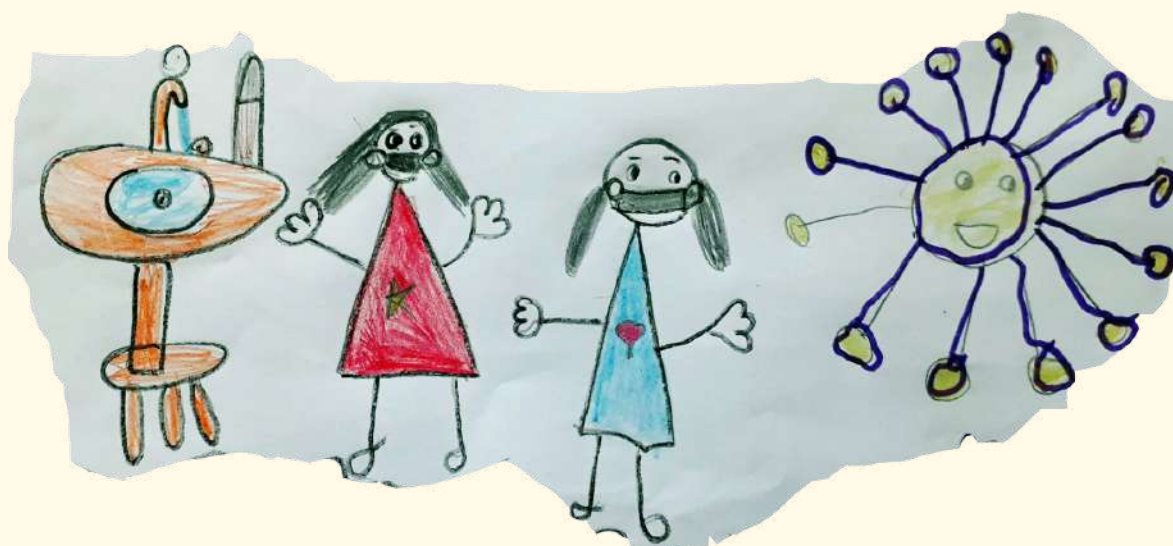


Imagem 22: Ilustração - Menina, 6 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020

I - As crianças revelaram, em suas falas, capacidade de resistência, consciência de suas condições de vida, dos seus direitos, responsabilidades, dos direitos de suas famílias e do contexto da crise sanitária, social e política que vivemos. Seus pontos de vista genuínos e complexos nos permitem afirmar que elas podem e devem falar por si mesmas sobre suas necessidades e demandas e que poderão contribuir muito na construção de caminhos para o enfrentamento da crise sanitária e para retomada das atividades presenciais nas escolas.

RECOMENDAMOS - que as necessárias e urgentes ações do poder público destinadas às crianças levem em consideração os seus pontos de vista. A escuta das crianças pode ser feita por meio de “rodas de conversa”, “assembleias”, entrevistas individuais e “fóruns”, mas também a partir da análise sensível das suas diferentes formas de expressão, mediadas pela imaginação: o desenho, a fotografia e o brincar. Os pontos de vista das crianças podem ser objeto de conversas individuais ou em pequenos grupos e podem subsidiar a tomada de decisões. Garantir espaços de participação é reconhecer que as crianças são sujeitos históricos e de direitos.

II - As crianças, em sua maioria disseram estar cumprindo o isolamento físico. Entretanto, há um grupo de crianças que tem acompanhado familiares ao trabalho ou tem se deslocado para ficar sob a responsabilidade de familiares ou vizinhos. Esse fato ilustra como as condições em que as crianças da RMBH vivem a pandemia são diversas e desiguais. A pesquisa revelou, por exemplo, que as crianças que se declararam pretas e pardas são as que menos possuem acesso a recursos digitais (celular, tablet e computador). O acesso à internet pelas crianças que vivem em regiões de maior risco de vulnerabilidade social também se revelou menor do que para as que vivem em outras regiões da cidade, o que expressa desigualdade de oportunidades. A compreensão dessa pluralidade de infâncias indica a urgência de se considerar os pertencimentos de gênero, sociais e raciais das crianças na avaliação das consequências da pandemia, realizando ações que efetivamente contribuam para mitigar as consequências da situação de crise sanitária sobre as crianças em suas diversidades.

RECOMENDAMOS que as políticas e ações destinadas às crianças considerem suas identidades, seus contextos de vida familiar e comunitária e que sejam formuladas tendo em conta as diversas fragilidades e o precário acesso a bens materiais básicos de parcela expressiva da população infantil. A crise que vivemos exige conhecimento profundo dos territórios das nossas cidades e dos riscos de vulnerabilidades aos quais as crianças estão submetidas. Tais desafios exigem que políticas se estruturam de forma intersetorial por meio de ações integradas de promoção de direitos baseando-se nas informações e significados das experiências das crianças marcadas pelas desigualdades sociais, territoriais, raciais e de gênero. Sugerimos que possam promover, por exemplo: maior articulação da atuação das Unidades Básicas de Saúde com as escolas; levantamento das condições sociais das crianças e das famílias; mapeamento dos equipamentos públicos, organizações da sociedade civil e diferentes atores que compõem a rede de proteção social visando a construção de ações articuladas; realização sistemática de reuniões entre os diferentes setores para discussão de casos e revisão de protocolos.

III - As experiências das crianças na pandemia foram caracteristicamente distintas entre as que não realizaram atividades escolares e as que o fizeram, através do ensino remoto. Estas últimas fizeram análises consistentes sobre o Ensino Remoto Emergencial – ERE, indicando impactos negativos sobre sua saúde física e mental decorrentes do cansaço, da ausência de interação, do excesso de atividades e das dificuldades de aprendizagem geradas por essa modalidade.



*Imagem 23: Ilustração - Menina, 8 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020*

RECOMENDAMOS que durante o ensino remoto, as práticas educacionais levem em consideração as avaliações das crianças sobre essa modalidade emergencial enquanto durar a suspensão das aulas presenciais para a reformulação de conteúdos, recursos, estratégias e tempos na sua realização. As rotinas das atividades não devem reproduzir artificialmente o ambiente escolar, pois essa “transposição” não garante o direito à educação das crianças e tem gerado estresse físico e emocional. Sugerimos que as práticas de interações com as famílias avaliem as diferentes estratégias de relação criadas no contexto de suspensão das aulas presenciais, bem como criem canais institucionais de participação efetiva das crianças e das famílias no desenvolvimento do projeto político-pedagógico das escolas de modo que faça sentido para as crianças. Para que isto se efetive, sugerimos, por exemplo, considerar a possibilidade de, no ensino remoto, utilizar outros formatos em que o tempo destinado às aulas possa ser organizado de modo que seja possível às(aos) professoras(es) trabalharem com grupos menores. Esta estratégia promove, no ambiente virtual, uma interação mais efetiva, permitindo conhecer melhor os processos vivenciados por cada criança e, assim, ajudá-las em suas aprendizagens e nas relações com os colegas. Isto somente será possível se as(os) professoras(es) tiverem acesso a formação para desenvolverem o trabalho com as crianças por meio de diferentes plataformas digitais e uso de ferramentas da web que qualifiquem o trabalho, tornando as atividades atrativas e instigantes para as crianças. Recomendamos, também, que as políticas públicas assegurem a equidade no acesso a recursos digitais (celular, tablet e computador) e acesso à internet de qualidade para crianças e professoras(es).

IV - As crianças explicitaram seus pontos de vista sobre a escola, destacando como suas aprendizagens se relacionam com as ações e interações com as professoras(es) e colegas de turma, mas dependem também da convivência afetiva e lúdica com as outras crianças e profissionais da escola, bem como dos usos de seus diferentes ambientes. A escola afirma-se como espaço social coletivo fundado na riqueza e diversidade das interações que ocorrem entre os sujeitos que a frequentam. Ao expressarem os sentidos que a escola tem em suas vidas, as crianças apresentaram elementos para o repensar dessa instituição: sua função de aprendizagem dos conteúdos escolares, de apoio às famílias no cuidado e educação e de lugar de sociabilidade e de brincadeiras entre elas e com os adultos. Suas manifestações nos permitem depreender que o retorno presencial à escola será marcado pelas consequências sociais e subjetivas decorrentes da vivência de medos, angústias, ansiedades e privações de diferentes ordens.

RECOMENDAMOS que a escola, como uma instituição central no ordenamento da vida das crianças sob diferentes aspectos, possa se preparar para acolher as crianças com suas necessidades e demandas de forma integral e integrada, com atenção às possíveis repercussões das experiências vividas neste contexto de pandemia. E que se possa reafirmar que os sentidos da escola para professores, crianças e famílias superem a visão restrita de “transmissão de conteúdos”, expressando uma concepção de currículo e práticas avaliativas coerente com o entendimento de educação escolar como formação humana. Sugerimos que a compreensão das condições das infâncias interroge a Pedagogia em seus métodos e organização de tempos, espaços e ambientes educativos. Assim, no retorno às aulas presenciais ou no ensino híbrido, indicamos, por exemplo, que sejam priorizadas experiências culturais e artísticas que enriqueçam a experiência estética das crianças, oportunizando o acesso a bens culturais. Sugerimos a construção de novos ambientes abertos de interações e aprendizagens que extrapolem a sala de aula por meio do uso de espaços externos da própria escola e da vizinhança. Esta estratégia pode, além do aspecto sanitário, contribuir para uma inserção mais efetiva da escola na comunidade com repercussões no processo de ensino e aprendizagem e de sociabilidade das crianças. Recomendamos, ainda, que as professoras(es) tenham espaços e tempos, dentro da carga horária, para participarem das decisões pedagógicas e das mudanças necessárias para o retorno com segurança de adultos e crianças.

V - As crianças expressaram em suas falas não apenas um conhecimento sobre a pandemia, suas causas e consequências, mas também da responsabilidade coletiva necessária para seu enfrentamento. Nos seus discursos, afirmaram a defesa do isolamento social e das medidas de proteção, diante da necessidade do cuidado com o outro, especialmente os idosos. Ao mesmo tempo, destacaram a preocupação com a piora das condições de vida de grupos fragilizados e a necessidade de medidas de proteção. O cuidado de si e do outro esteve fortemente presente nas reflexões das crianças como um imperativo ético.

RECOMENDAMOS que a escola se fortaleça como espaço de aprendizagem não apenas de conteúdos, mas de uma ética fundada na valorização do cuidado e do respeito mútuo; e que tanto no ERE e ensino híbrido quanto no retorno às aulas presenciais sejam fortalecidas atividades e desenvolvidos saberes fundados na cooperação coletiva e não na competição individualista. A formação da cidadania ocorre através de seu exercício, numa escola que se afirme como espaço da vida coletiva.



*Imagem 24: Lugar onde mais se brinca, Ocupação Dandara em Belo Horizonte
Menina, 11 anos
Fonte: Dados da pesquisa, 2020*



4

REFERÊNCIAS

ALDERSON, Priscilla. Crianças como Investigadoras: os efeitos dos direitos de participação na metodologia de investigação. In. Christensen, P. & James, A. Investigação com Crianças: perspectivas e práticas. Tradução Mário Cruz. Porto: Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, 2005.

ALMEIDA, Ana Nunes de. Para uma Sociologia da Infância: jogos de olhares, Pistas para Investigação. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

BECKER, Bianca. (2017), Infância, Tecnologia e Ludicidade: a visão das crianças sobre as apropriações criativas das tecnologias digitais e o estabelecimento de uma cultura lúdica contemporânea Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA.

BOBBIO, Norberto. A era os direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CMBH, CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Relatório Final do Grupo de Trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor sobre Direito à Moradia. Belo Horizonte: Agosto de 2020. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2020/08/relat%C3%B3rio-aponta-defici%C3%Aancias-e-novos-caminhos-para-pol%C3%ADtica>.

CHRISTENSEN, Pia; PROUT, Alan. Working with ethical symmetry in social research with children. Childhood, 2002.

CRUZ, Silvia Helena Vieira. A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez. 2008.

FORE, Henrieta. Não permitam que crianças sejam as vítimas ocultas da pandemia da COVID-19. ONU. Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-nao-permitam-que-criancas-sejam-as-vitimas-ocultas-da-pandemia-da-covid-19/amp/>

GAITÁN, Muñoz, L., Liebel, M. (2011). Ciudadanía y derechos de participación de los niños. Madrid: Síntesis

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica n. 36. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em 21.04.2020.

LIEBEL, Manfred. Infâncias dignas, o cómo descolonizarse. Lima: Ifejant, 2019

MARCHI, Rita de Cássia. O “ofício de aluno” e o “ofício de criança”: articulações entre a sociologia da educação e a sociologia da infância. Rev. Portuguesa de Educação, v. 23, n. 1, p. 183-202, 2010.

MARTINS FILHO, Altino José; BARBOSA, Maria Carmem S. Metodologia de pesquisas com crianças. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 18, n.2, jul./dez. 2010. p.08-28.

MÜLLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida. Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro. São Paulo: Cortez, 2009. 213p.

QVORTRUP, Jens. Macro-análise da infância. In: CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison (Org.). Investigação com crianças. Perspectivas e Práticas, Porto: Edições Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, 2005. p. 73-96.

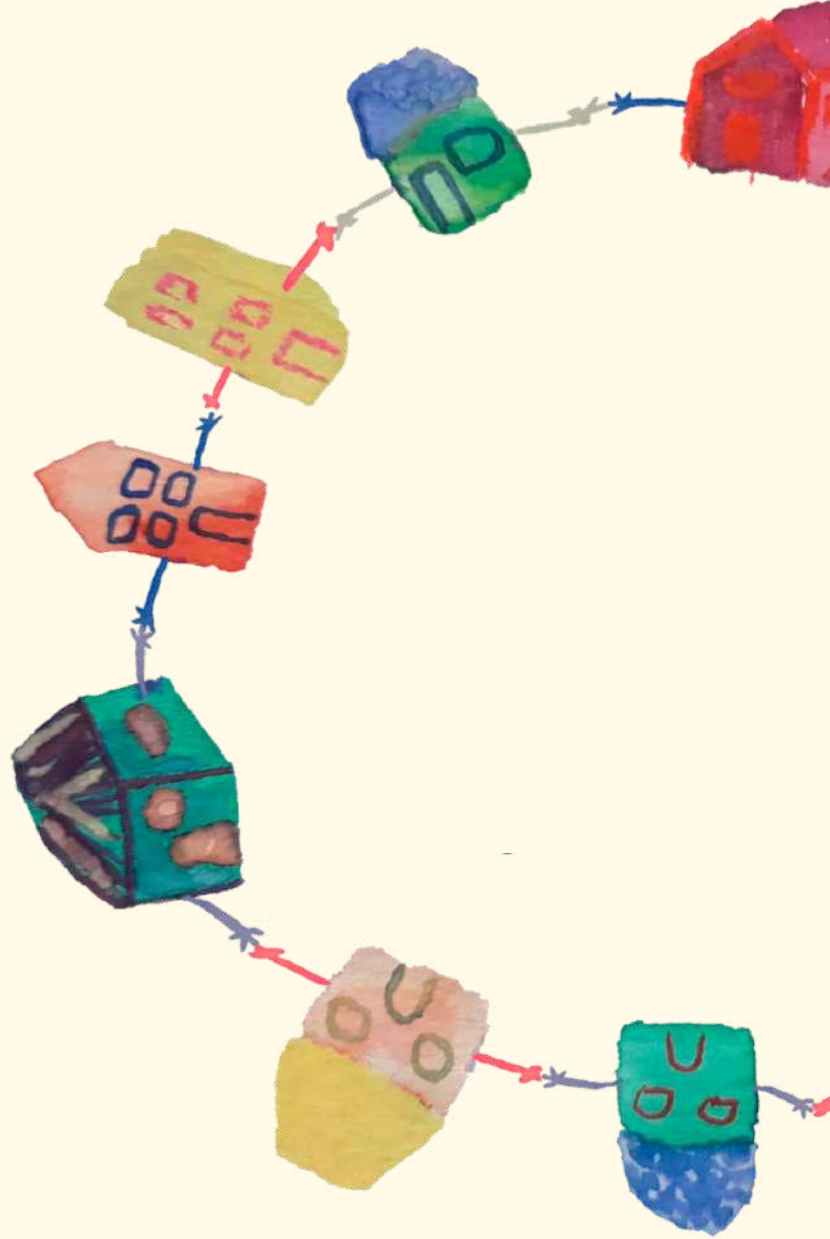
ROCHA, Edmar José da; ROSEMBERG, Fúlvia. Autodeclaração de cor e/ou raça entre escolares paulistanos/as. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 759-799, set./dez. 2007

SARMENTO, Manuel.; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de (org). Estudos da Infância: Educação e Práticas Sociais. 2. ed. RJ: Vozes, 2009. p. 17-39.

SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Orgs.) Crianças e Miúdos: Perspectivas Sócio Pedagógicas da infância e educação. Porto: Asa Editores, 2003.

SOARES, Natália. A investigação participativa no grupo social da infância. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.1, pp.25-40, Jan/Jun 2006.

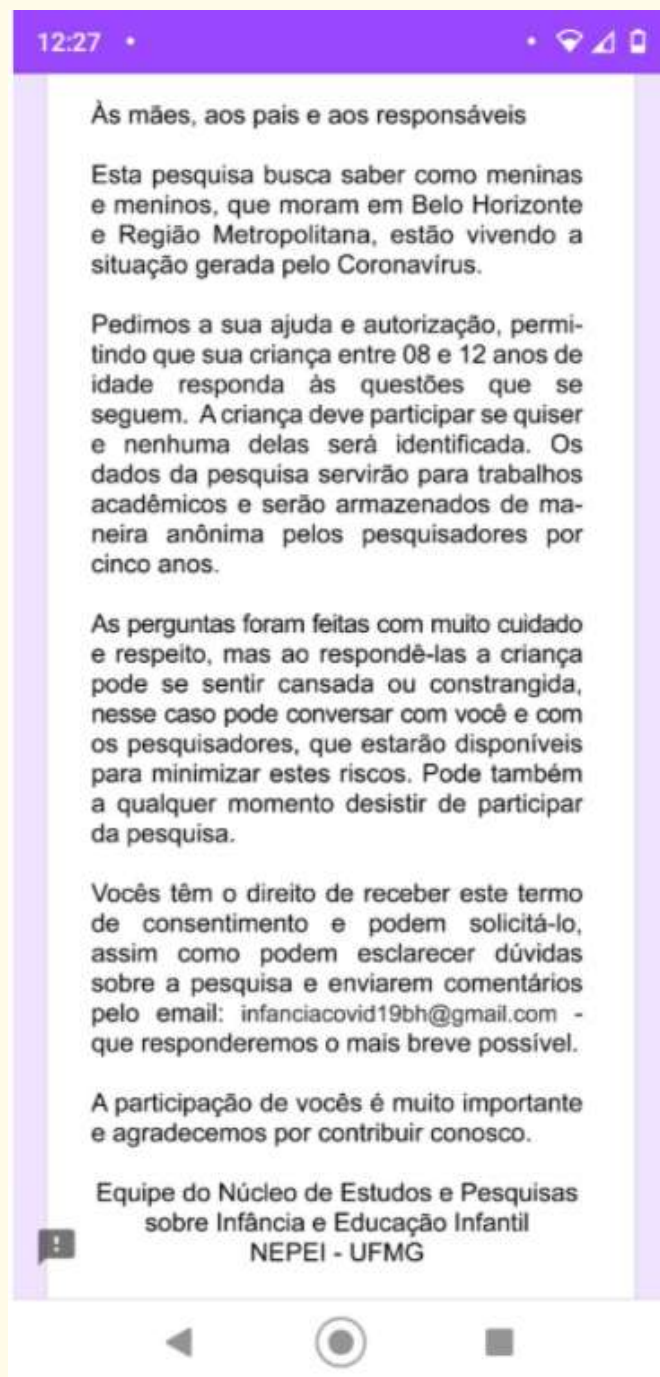
TONUCCI; PATRÍCIO; BASTOS, 2020. Nota técnica – desafios e propostas para enfrentamento da covid-19 nas periferias urbanas: análise das condições habitacionais e sanitárias dos domicílios urbanos no Brasil e na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/noticias/1229>. Acesso em 22.04.2020



APÊNDICES

APÊNDICE 1

QUESTIONÁRIO



12:28

E-mail: infanciabhcovid19@gmail.com

Site Pesquisa: <https://infancia-em-tempos-de-pandemia.webnode.com/>

Site NEPEI: <https://nepel.fae.ufmg.br/>

Comitê de Ética em Pesquisa – UFMG:
coep@prpq.ufmg.br

Concordo que minha criança entre 8 e 12 anos participe desta pesquisa *

Sim

Não

Se estiver respondendo em um celular, use-o na posição horizontal.

Próxima

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

12:30

Olá, crianças!

As crianças de vários lugares do mundo estão vivendo uma situação muito nova em suas vidas. Com o perigo do coronavírus, as escolas estão fechadas e todos ficam mais tempo em casa.

Fizemos algumas perguntas que vão nos ajudar a entender como vocês estão se sentindo com essa mudança. Vamos ficar felizes se puder respondê-las. Mas atenção, isso não é uma prova e não há respostas certas ou erradas, o que vale é você dar sua opinião. Você não deve escrever seu nome aqui e suas respostas não serão identificadas, elas ficarão guardadas por cinco anos e depois serão apagadas.

Se você não entender alguma pergunta, pode pedir ajuda a outra criança ou a algum adulto.

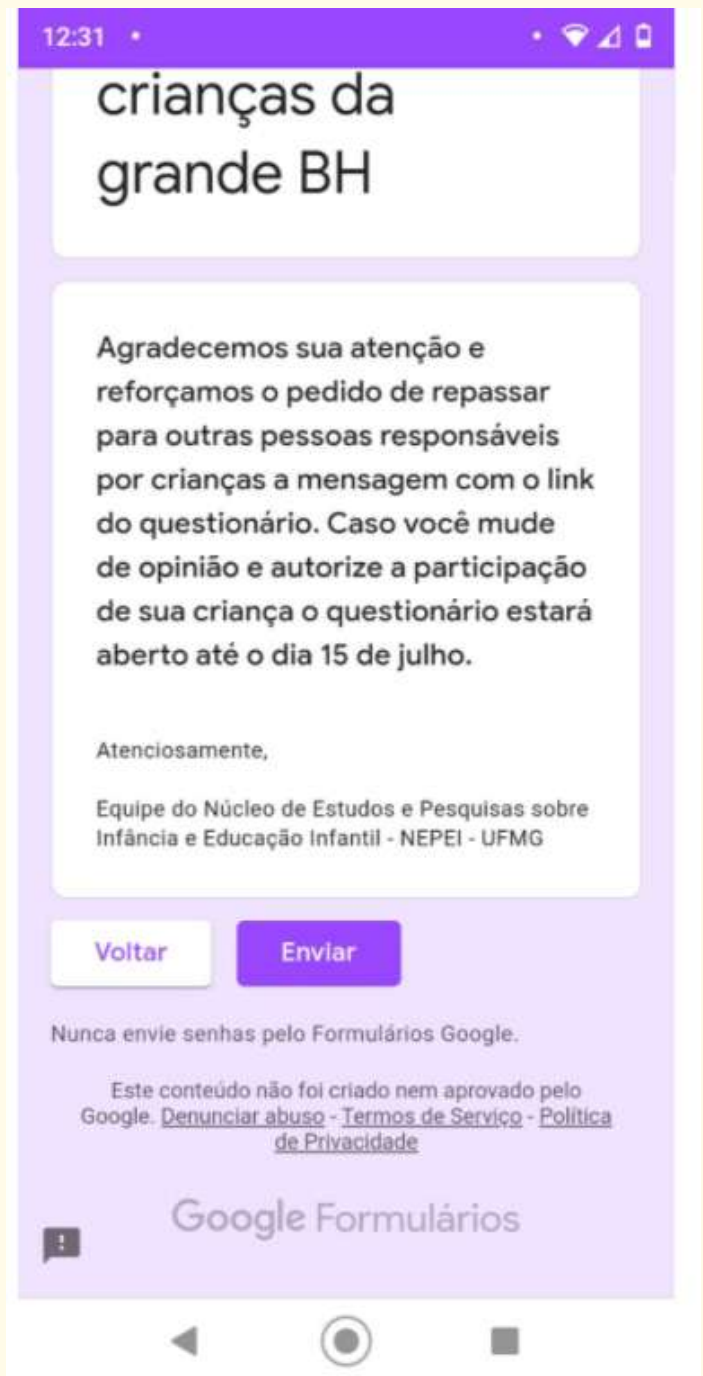
Também não tem nenhum problema se você se cansar ou ficar com vergonha e não quiser continuar respondendo as perguntas.

Será muito importante saber a sua opinião!

Agradecemos pela sua ajuda!

Vamos começar?

É só clicar neste botão "Próxima" aí embaixo!



12:32

2. Pode nos dizer o nome do bairro, vila ou ocupação em que você mora?
Escreva abaixo.

Sua resposta _____

3. Em que tipo de escola você estuda?
Selecione uma das seguintes opções:

Escola Pública

Escola Particular

4. Você é menino ou menina?
Selecione uma das seguintes opções:

Menino

Menina

Não sei responder ou não quero responder

Outro: _____

12:34

11. Você pode usar a internet?

Sim 👍

Não 🙅

Não sei responder ou não quero responder 😞



12:35

12. Nesta época de pandemia de coronavirus, quanto você tem se preocupado com as questões abaixo?

1. Não estou preocupado(a) 😊	2. Estou um pouco preocupado(a) 😞	3. Estou muito preocupado(a) 😞	4. Não sei ou não quero responder 😞
------------------------------	-----------------------------------	--------------------------------	-------------------------------------

Que minha família e meus amigos fiquem mais pobres, com menos dinheiro ou sem emprego.

APÊNDICE 2

SITE



INÍCIO / ENVIE PRA GENTE / ENVIADOS POR VOCÊS / DESCUBRA E BRINQUE / SOBRE NÓS



As crianças de vários lugares do mundo estão vivendo uma situação muito nova em suas vidas. Com o perigo do coronavírus, as escolas estão fechadas e todos ficam mais tempo em casa. Este site faz parte de um projeto de pesquisa que pretende saber como vocês estão se sentindo com essas mudanças e em breve iremos divulgar as respostas. Até lá, convidamos vocês a nos enviarem áudios, fotos, vídeos ou desenhos retratando as atividades que gostam de fazer, seus sentimentos ou seus sonhos neste momento de tantas mudanças!

Enviar foto ou desenho

Envie pra gente uma foto ou desenho que retrate a sua experiência neste tempo de isolamento social.

Se quiser, descreva em algumas palavras a sua imagem ou nos conte o que ela significa para você!

Obs.: Lembre-se de que não é necessário falar o seu nome, sobrenome e sua idade. Se preferir também de não mostrar o seu rosto!

Nome

Idade

Autorize que o desenho enviado seja publicado neste site e em materiais de divulgação da pesquisa

Sim
 Não

Carregar um arquivo

Enviar áudio ou vídeo

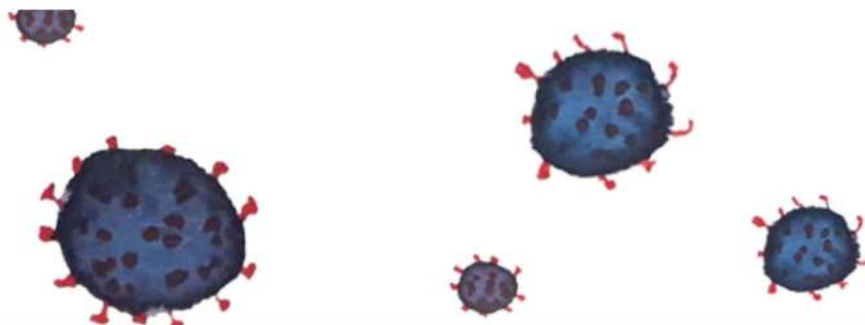
Envie um áudio ou vídeo contando pra gente um pouco do que pensa sobre esta situação de isolamento social e, se quiser, mande também dicas de conteúdos para as outras crianças que nos acompanham.

Não esqueça de dizer a sua idade!

[Clique abaixo para acessar nosso WhatsApp](#)

Obs.: Lembre-se de que não é necessário falar o seu nome, sobrenome e sua idade. Se preferir também de não mostrar o seu rosto!





Encontre dicas de brincadeiras, vídeos, sites, receitas e muito mais!



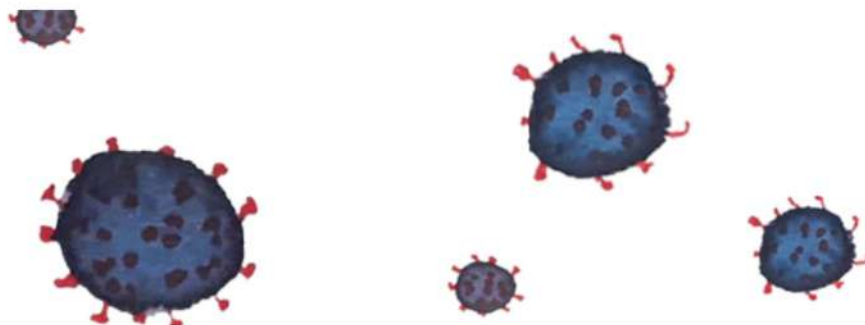
Carta aos meninos e às meninas em tempos de COVID-19

Vamos conversar sobre o que está acontecendo no planeta? A carta às meninas e aos meninos em tempos de COVID-19 é um convite para tentarmos entender juntos a nossa nova realidade. Assista à animação ou leia a carta!



Minidocumentário "Conversa de criança - Coronavirus"

Como as outras crianças tem se sentido neste momento de isolamento social? O Minidocumentário abaixo retrata as emoções de crianças na pandemia e convida ao diálogo sobre o assunto. Clique para assistir!





Fale com a gente

Você pode esclarecer dúvidas ou fazer algum comentário sobre essa pesquisa, a qualquer momento, e responderemos o mais breve possível.

 **Whatsapp**
31 9 9996 3927
[https://api.whatsapp.com/send?
l=pt_BR&phone=553199963927](https://api.whatsapp.com/send?l=pt_BR&phone=553199963927)

 **E-mail**
infanciahccovid19@gmail.com

 **Site do NEPEI**
<https://nepei.fae.ufmg.br/>

 **Instagram**
<https://www.instagram.com/infanciaepandemia/>

Equipe

Coordenação:

- > Profa. Dra. Isabel de Oliveira e Silva
FaE/UFMG
- > Profa. Dra. Iza Rodrigues da Luz
FaE/UFMG
- > Prof. Dr. Levindo Diniz Carvalho
FaE/UFMG

Professores Colaboradores:

- > Profa. Dra. Lívia Maria Fraga Vieira
FaE/UFMG
- > Profa. Dra. Maria Cristina Soares de Gouveia
FaE/UFMG
- > Profa. Dra. Vanessa Ferraz Almeida Neves
FaE/UFMG

Pesquisadores:

- > Ana Claudia Figueiredo Brasil Silva Melo

APÊNDICE 3

NOTA TÉCNICA



Recomendações ao Poder Público e às organizações da Sociedade Civil sobre a proteção social, a educação e o cuidado com as crianças a partir dos primeiros resultados da pesquisa: “Infância em Tempos de Pandemia: Experiências de crianças de 8 a 12 anos em Belo Horizonte e região metropolitana”

Isabel de Oliveira e Silva⁸; Iza Rodrigues da Luz⁹; Levindo Diniz Carvalho¹⁰,
Maria Cristina Soares Gouvêa¹¹

As medidas de isolamento social geraram profundos impactos sobre toda a sociedade. Por um lado, a pandemia atingiu de forma intensa as classes populares, especialmente pela perda de emprego e renda, o que se somou às já precárias condições de vida em contexto de extrema desigualdade. Por outro, o quadro de emergência social atingiu de forma ainda mais forte as crianças causando grande sofrimento, diminuição do convívio social e dos espaços de socialização, interrupção das aulas presenciais nas escolas e agravamento das condições de pobreza infantil.

⁸ Professora da Faculdade de Educação da UFMG e coordenadora da pesquisa Infância em Tempos de Pandemia

⁹ Professora da Faculdade de Educação da UFMG e coordenadora da pesquisa Infância em Tempos de Pandemia

¹⁰ Professor da Faculdade de Educação da UFMG e coordenador da pesquisa Infância em Tempos de Pandemia

¹¹ Professora da Faculdade de Educação da UFMG e professora colaboradora da pesquisa Infância em Tempos de Pandemia

A partir destas considerações e da relevância de ouvirmos as crianças sobre suas experiências, iniciamos, em junho de 2020, uma pesquisa que teve como objetivo compreender como crianças de 8 a 12 anos da região metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, vivenciam a Pandemia de COVID-19. A escuta das crianças ocorreu por meio de um questionário online, com questões abertas e fechadas, pela troca de mensagens, desenhos e fotografias em um ambiente virtual e pela realização de entrevistas com a utilização de recursos de comunicação à distância. O questionário ficou disponível entre 11 de junho e 15 de julho e as entrevistas foram realizadas entre agosto e dezembro de 2020. Buscamos analisar as rotinas, as relações sociais e as experiências das crianças com foco nas suas emoções e sentimentos. Como eixo central nessa análise procuramos também compreender como as desigualdades sociais, territoriais, raciais e de gênero repercutiram nas diversas experiências das crianças.

Contamos com a participação de mais de 2.200 crianças que responderam ao questionário e, dentre essas, 33 foram entrevistadas na segunda fase da Pesquisa. As análises centraram-se nas suas interpretações, mas, também, no contraste, na medição e nas frequências quantitativas sobre as experiências das crianças participantes dos 33 municípios da RMBH. Todo o processo de escuta foi realizado com base em princípios éticos das pesquisas com crianças.

Nesta nota apresentamos recomendações ao Poder Público, às organizações da Sociedade Civil e a toda a sociedade a partir dos primeiros resultados da Pesquisa. A investigação empreendida tem como referência principal os Estudos Sociais da Infância e o reconhecimento da alteridade das crianças como sujeitos de direitos e atores sociais que participam e transformam a vida social.

ESCUA DAS CRIANÇAS: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

I - As crianças revelaram, em suas falas, capacidade de resistência, consciência de suas condições de vida, dos seus direitos, responsabilidades, dos direitos de suas famílias e do contexto da crise sanitária, social e política que vivemos. Seus pontos de vista genuínos e complexos nos permitem afirmar que elas podem e devem falar por si mesmas sobre suas necessidades e demandas e que poderão contribuir muito na construção de caminhos para o enfrentamento da crise sanitária e a para retomada das atividades presenciais nas escolas.

RECOMENDAMOS que as necessárias e urgentes ações do poder público destinadas às crianças levem em consideração os seus pontos de vista. A escuta das crianças pode ser feita por meio de “rodas de conversa”, “assembleias”, entrevistas individuais e “fóruns”, mas também a partir da análise sensível das suas diferentes formas de expressão, mediadas pela imaginação: o desenho, a fotografia e o brincar. Os pontos de vista das crianças podem ser objeto de conversas individuais ou em pequenos grupos e podem subsidiar a tomada de decisões. Garantir espaços de participação é reconhecer que as crianças são sujeitos históricos e de direitos.

II - As crianças, em sua maioria disseram estar cumprindo o isolamento social. Entretanto, há um grupo de crianças que tem acompanhado familiares ao trabalho ou tem se deslocado para ficar sob a responsabilidade de familiares ou vizinhos. Esse fato ilustra como as condições em que as crianças da RMBH vivem a pandemia são diversas e desiguais. A pesquisa revelou, por exemplo, que as crianças que se declararam pretas e pardas são as que menos possuem acesso a recursos digitais (celular, tablet e computador). O acesso à internet pelas crianças que vivem em regiões de maior risco de vulnerabilidade social também se revelou menor do que para as que vivem em outras regiões da cidade, o que expressa desigualdade de oportunidades. A compreensão dessa pluralidade de infâncias indica a urgência de se considerar os pertencimentos de gênero, sociais e raciais das crianças na avaliação das consequências da pandemia, realizando ações que efetivamente contribuam para mitigar as consequências da situação de crise sanitária sobre as crianças em suas diversidades.

RECOMENDAMOS que as políticas e ações destinadas às crianças considerem suas identidades, seus contextos de vida familiar e comunitária e que sejam formuladas tendo em conta as diversas fragilidades e o precário acesso a bens materiais básicos de parcela expressiva da população infantil. A crise que vivemos exige conhecimento profundo dos territórios das nossas cidades e dos riscos de vulnerabilidades aos quais as crianças estão submetidas. Tais desafios exigem que políticas se estruturem de forma intersetorial por meio de ações integradas de promoção de direitos baseando-se nas informações e significados das experiências das crianças marcadas pelas desigualdades sociais, territoriais, raciais e de gênero. Sugerimos que possam promover, por exemplo: maior articulação da atuação das Unidades Básicas de Saúde com as escolas; levantamento das condições sociais das crianças e das famílias; mapeamento dos equipamentos públicos, organizações da sociedade civil e diferentes

atores que compõem a rede de proteção social visando a construção de ações articuladas; realização sistemática de reuniões entre os diferentes setores para discussão de casos e revisão de protocolos.

III - As experiências das crianças na pandemia foram caracteristicamente distintas entre as que não realizaram atividades escolares e as que o fizeram, através do ensino remoto. Estas últimas fizeram análises consistentes sobre o Ensino Remoto Emergencial – ERE, indicando impactos negativos sobre sua saúde física e mental decorrentes do cansaço, da ausência de interação, do excesso de atividades e das dificuldades de aprendizagem geradas por essa modalidade.

RECOMENDAMOS que durante o ensino remoto, as práticas educacionais levem em consideração as avaliações das crianças sobre essa modalidade emergencial enquanto durar a suspensão das aulas presenciais para a reformulação de conteúdos, recursos, estratégias e tempos na sua realização. As rotinas das atividades não devem reproduzir artificialmente o ambiente escolar, pois essa “transposição” não garante o direito à educação das crianças e tem gerado estresse físico e emocional. Sugerimos que as práticas de interações com as famílias avaliem as diferentes estratégias de relação criadas no contexto de suspensão das aulas presenciais, bem como criem canais institucionais de participação efetiva das crianças e das famílias no desenvolvimento do projeto político-pedagógico das escolas de modo que faça sentido para as crianças. Para que isto se efetive, sugerimos, por exemplo, considerar a possibilidade de, no ensino remoto, utilizar outros formatos em que o tempo destinado às aulas possa ser organizado de modo que seja possível às(aos) professoras(es) trabalharem com grupos menores. Esta estratégia promove, no ambiente virtual, uma interação mais efetiva, permitindo conhecer melhor os processos vivenciados por cada criança e, assim, ajudá-las em suas aprendizagens e nas relações com os colegas. Isto somente será possível se as(os) professoras(es) tiverem acesso a formação para desenvolverem o trabalho com as crianças por meio de diferentes plataformas digitais e uso de ferramentas da *web* que qualifiquem o trabalho, tornando as atividades atrativas e instigantes para as crianças. Recomendamos, também, que as políticas públicas assegurem a equidade no acesso a recursos digitais (celular, tablet e computador) e acesso à internet de qualidade para crianças e professoras(es).

IV - As crianças explicitaram seus pontos de vista sobre a escola, destacando como suas aprendizagens se relacionam com as ações e interações com as professoras(es) e colegas de turma, mas dependem também da convivência afetiva e lúdica com as outras crianças e profissionais da escola, bem como dos usos de seus diferentes ambientes. A escola afirma-se como espaço social coletivo fundado na riqueza e diversidade das interações que ocorrem entre os sujeitos que a frequentam. Ao expressarem os sentidos que a escola tem em suas vidas, as crianças apresentaram elementos para o repensar dessa instituição: sua função de aprendizagem dos conteúdos escolares, de apoio às famílias no cuidado e educação e de lugar de sociabilidade e de brincadeiras entre elas e com os adultos. Suas manifestações nos permitem depreender que o retorno presencial à escola será marcado pelas consequências sociais e subjetivas decorrentes da vivência de medos, angústias, ansiedades e privações de diferentes ordens.

RECOMENDAMOS que a escola, como uma instituição central no ordenamento da vida das crianças sob diferentes aspectos, possa se preparar para acolher as crianças com suas necessidades e demandas de forma integral e integrada, com atenção às possíveis repercussões das experiências vividas neste contexto de pandemia. E que se possa reafirmar que os sentidos da escola para professores, crianças e famílias superem a visão restrita de “transmissão de conteúdos”, expressando uma concepção de currículo e práticas avaliativas coerente com o entendimento de educação escolar como formação humana. Sugerimos que a compreensão das condições das infâncias interrogue a Pedagogia em seus métodos e organização de tempos, espaços e ambientes educativos. Assim, no retorno às aulas presenciais ou no ensino híbrido, indicamos, por exemplo, que sejam priorizadas experiências culturais e artísticas que enriqueçam a experiência estética das crianças, oportunizando o acesso a bens culturais. Sugerimos a construção de novos ambientes abertos de interações e aprendizagens que extrapolem a sala de aula por meio do uso de espaços externos da própria escola e da vizinhança. Esta estratégia pode, além do aspecto sanitário, contribuir para uma inserção mais efetiva da escola na comunidade com repercussões no processo de ensino e aprendizagem e de sociabilidade das crianças. Recomendamos, ainda, que as professoras(es) tenham espaços e tempos, dentro da carga horária, para participarem das decisões pedagógicas e das mudanças necessárias para o retorno com segurança de adultos e crianças.

V - As crianças expressaram em suas falas não apenas um conhecimento sobre a pandemia, suas causas e consequências, mas também da responsabilidade coletiva necessária para seu enfrentamento. Nos seus discursos, afirmaram a defesa do isolamento social e das medidas de proteção, diante da necessidade do cuidado com o outro, especialmente os idosos. Ao mesmo tempo, destacaram a preocupação com a piora das condições de vida de grupos fragilizados e a necessidade de medidas de proteção. O cuidado de si e do outro esteve fortemente presente nas reflexões das crianças como um imperativo ético.

RECOMENDAMOS que a escola se fortaleça como espaço de aprendizagem não apenas de conteúdos, mas de uma ética fundada na valorização do cuidado e do respeito mútuo; e que tanto no ERE e ensino híbrido quanto no retorno às aulas presenciais sejam fortalecidas atividades e desenvolvidos saberes fundados na cooperação coletiva e não na competição individualista. A formação da cidadania ocorre através de seu exercício, numa escola que se afirme como espaço da vida coletiva.

Coordenação da Pesquisa Infância em Tempos de Pandemia: experiências de crianças de 8 a 12 anos em Belo Horizonte e Região Metropolitana

Informações e contatos:

Site da pesquisa: <https://www.infanciaemtemposdepandemia.com.br/>

E-mail: infanciabhcovid19@gmail.com

Site nepei: <https://nepei.fae.ufmg.br/>

